

Priscila Ribeiro Marques Corrêa

**DOCUMENTOS FOTOGRÁFICOS EM ARQUIVOS PESSOAIS:
organização, especificidades e importância para a construção da
memória**

Trabalho de conclusão de curso
apresentado à Escola de Arquivologia,
como requisito parcial para obtenção do
Grau de Bacharel em Arquivologia.
Orientador(a): Prof^a Dr^a Anna Carla de
Almeida Mariz

Rio de Janeiro - RJ
Dezembro / 2017

Corrêa, Priscila R. Marques
C845 Documentos fotográficos em arquivos pessoais: organização,
especificidades e importância para a construção da memória / Priscila R.
Marques Corrêa. – Rio de Janeiro, 2017
58 f. : il. color.

Orientadora: Anna Carla de Almeida Mariz.
Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade
Federal do Estado do Rio de Janeiro, Bacharelado de Arquivologia,
2017.

1. Arquivos pessoais. 2. Fotografia. 3. Memória.
I. Mariz, Anna Carla de Almeida. II. Título.

PRISCILA RIBEIRO MARQUES CORRÊA

**DOCUMENTOS FOTOGRÁFICOS EM ARQUIVOS PESSOAIS:
organização, especificidades e importância para a construção da
memória**

Trabalho de conclusão de cursos apresentado à Escola de Arquivologia,
como requisito parcial para obtenção do Grau de Bacharel em Arquivologia.

Aprovado em:

BANCA EXAMINADORA

Orientador(a): Profª Drª Anna Carla de Almeida Mariz

Profº Me. Marcelo Nogueira de Siqueira

Profª Me. Patrícia Ladeira Penna Macedo

Para Eloisa, Roberta e Débora
sem as quais eu não seria nada.

Para Tomaz por ser meu amor
pra recomeçar, todos os dias.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer primeiramente a todos os amigos, colegas e professores que passaram pela minha caminhada.

Agradeço especialmente à minha orientadora Prof^a Dr^a Anna Carla Mariz, por toda a paciência, com as diversas mudanças que o tema aqui apresentado sofreu, por toda a dedicação e disponibilidade. Agradeço por me permitir fazer parte de seu projeto de pesquisa, mesmo tendo recém-chegado à Arquivologia e, principalmente, por aceitar com boa-vontade todas as ideias, por mais mirabolantes que fossem.

Agradeço, com todo carinho, Tomaz por todo o apoio e amor que me dedicou neste período. Só ele sabe os sofrimentos e felicidades e esteve ao meu lado, sem nunca fraquejar e sempre levantando o “ânimo da tropa”, em todos esses momentos.

Agradeço, principalmente, a minha mãe, irmãs e familiares. Sem todo o apoio deles, mesmo que indiretamente e, até mesmo, sem saber, eu não conseguiria ter passado por tudo que passei. Agradeço muito à minha mãe, Eloisa, que sem a qual eu não seria nada, que me deu as bases de ser quem eu sou e a quem eu amo incondicionalmente. Agradeço muito à Débora, minha irmã mais velha, por ter me acolhido e por me apoiar em todas as minhas decisões; e a Roberta, minha outra irmã e amiga querida, pois sem ela nada até aqui teria sentido. Agradeço a Lourdes, imensamente, por ser quem é e me amar e apoiar como filha.

Além de todas essas pessoas, agradeço muito à Angelina e Luciano, por estarem comigo e me ouvirem, por perdoar minhas ausências e mesmo assim permanecer ao meu lado, me apoiando e lutando juntos.

RESUMO

CORRÊA, Priscila R. Marques. Documentos Fotográficos em Arquivos Pessoais: organização, especificidades e importância para a construção da memória. 2017. 57 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Arquivologia). Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.

Resumo: O escopo desta pesquisa se pautou em compreender as especificidades e organização dos documentos fotográficos em arquivos pessoais. Como objetivos da pesquisa pretendeu-se verificar as especificidades e a organização dos acervos fotográficos, com ênfase nos de cunho pessoal, e sua relação com a memória. Buscando investigar a relação das fotografias com os arquivos pessoais, entendendo como essas podem ser constructos de memória e pensar em sugestões simples sobre organização de fotografias em arquivos pessoais, para leigos. O tema estudado se justifica pelo crescimento do número de fotografias que compõem os arquivos pessoais, o aumento de sua importância e a aquisição, por parte desse tipo de documento, de um novo status na vida da população em geral. As fotografias, com o advento de novas tecnologias e seus aparatos, passam a ser instrumentos, inclusive, de manifestação de sentimentos e apresentações diversas de si mesmo. Elas ganham um novo estatuto, nova linguagem e novos usos e, por isso, precisam ser estudadas à luz da Academia.

Palavras-Chave: **Fotografias;** **arquivos** **pessoais;** **memória**

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Demonstração de percentagem de faixa etária dos respondentes.....	40
Figura 2 - Demonstração de percentagem da formação dos respondentes	40
Figura 3 - Listagem com algumas respostas da pergunta sobre qual área de formação.. Erro! Indicador não definido.	
Figura 4 - Demonstração de percentagem de organização das fotografias pessoais	42
Figura 5 - Demonstração de percentagem de como se efetua organização de arquivos pessoais	43
Figura 6 - Demonstração de percentagem de meios de organização de fotografias pessoais.	44
Figura 7 - Demonstração de percentagem de identificação de fotografias pessoais.	44
Figura 8 - Demonstração de percentagem de backup de fotografias pessoais	45
Figura 9 - opções de resposta para pergunta de execução de backup.	46
Figura 10 - Demonstração de percentagem de execução de backups de fotografias pessoais.	46
Figura 11 - Demonstração de percentagem sobre a preocupação de perda de fotografias pessoais.	47
Figura 12 - Demonstração de percentagem sobre perda de fotografias por falta de backup ou dificuldade de encontrá-las em dispositivos.	48
Figura 13 - Demonstração de percentagem sobre uso de métodos para organização de fotografias pessoais	48
Figura 14 - Exemplos de nomeação de pasta para organização de fotografias pessoais digitais.	50
Figura 15 - Exemplo de nomeação de item fotográfico para organização de fotografias pessoais digitais	50

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1 FOTOGRAFIA, ARQUIVOLOGIA E MEMÓRIA: RELAÇÕES DE CONFLITO E PROXIMIDADE	18
1.1 Sobre fotografia: breve histórico.....	18
1.2 Fotografia e Arquivologia: uma relação de conflitos	21
1.3 Fotografia e memória.....	25
2 ARQUIVOS PESSOAIS, MEMÓRIA E FOTOGRAFIA	28
2.1 Arquivos Pessoais: a Arquivologia e fonte historiográfica	28
2.2 Arquivos pessoais e memória	32
2.3 A Fotografia e Arquivos Pessoais	35
3 DOCUMENTOS FOTOGRÁFICOS EM ARQUIVOS PESSOAIS: DESAFIOS DE ORGANIZAÇÃO E EMPECILHOS PARA A MEMÓRIA	39
3.1 Análise dos resultados.....	39
3.2 Sugestões de organização e identificação de fotografias pessoais	49
CONSIDERAÇÕES FINAIS	53
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	54

INTRODUÇÃO

Nos dias atuais, a fotografia é completamente presente no cotidiano dos indivíduos: nas redes sociais, nos celulares e em outros aparatos tecnológicos diversos, em que pese o acesso cada vez mais facilitado a ela. Nesse sentido, pode-se dizer que a fotografia se tornou algo, até mesmo, banal, ao passo que a completude da realidade é agora "fotografável", dispensando que ocorra um evento especial para obtê-la. Nunca foi tão fácil sacar um celular e tirar uma ou várias dezenas de fotografias de um acontecimento, uma refeição, uma pessoa ou um grupo, por exemplo, para depois publicá-las em diversas redes sociais.

Neste cenário, cabe às ciências humanas voltarem suas atenções às fotografias, empreendendo um novo olhar sobre estas, a fim de questionar não apenas o sentido que a massificação da fotografia assume nas relações humanas, porém, os impactos que acarreta sobre a memória e sua construção. Em meio a múltiplos e novos debates, compete à Arquivologia, enquanto ciência social aplicada, entender o lugar das fotografias nos arquivos, de modo geral, e, mais especificamente, nos arquivos pessoais, já que estes são os mais afetados pela grande massificação das fotografias pessoais. Assim, esta discussão se faz necessária especialmente no âmbito arquivístico, na medida em que é possível aportar suas teorias e métodos para que as fotografias recebam um tratamento adequado, de modo que sejam preservados os seus contextos.

Assim, a presente pesquisa terá como escopo compreender as especificidades dos acervos fotográficos, com ênfase nos de cunho pessoal. Nesse sentido, pretende-se investigar a relação entre as fotografias, os arquivos pessoais e a memória, buscando depreender como esta relação se manifesta.

Essa proposta de pesquisa nasce dentro de uma linha de pesquisa mais abrangente da Professora Doutora Anna Carla Mariz, da Escola de Arquivologia da Unirio, intitulada de "Arquivos fotográficos pessoais: dos álbuns de família em preto e branco aos acervos digitais em redes sociais – registro, preservação e múltiplos usos", onde se pretende estudar os usos, especificidades, construção teórica e relação com a Memória dos arquivos pessoais fotográficos.

O tema que será estudado se justifica pelo crescimento do número de fotografias que compõem os arquivos pessoais, o aumento de sua importância e a aquisição, por parte desse tipo de documento, de um novo *status* na vida da população

em geral. As fotografias, com o advento de novas tecnologias e seus aparatos, passam a ser instrumentos, inclusive, de manifestação de sentimentos e apresentações diversas de si mesmo. Elas ganham um novo estatuto, nova linguagem e novos usos e, por isso, precisam ser estudadas à luz da Academia.

Esta nova faceta das fotografias já afeta a conformação dos arquivos pessoais, que em um futuro nem tão distante, pode chegar aos arquivos institucionais. Desse modo, a Arquivologia precisa começar a se debruçar sobre as fotografias em arquivos pessoais e como mantê-las, preservá-las e guardá-las da melhor maneira possível, de modo que elas permaneçam o mais tempo possível podendo ser utilizadas. O imperativo é entender como lidar com as fotografias pessoais fragmentadas em diversas redes sociais, guardadas em diversos dispositivos e, que por isso, estão sob risco de se perderem, de serem apagadas.

Além do desafio da preservação e guarda, ocorre também o risco de perder o porquê dessas fotografias existirem, pois cada vez menos se documenta o ato de fotografar. Se antigamente as fotografias eram compostas em álbuns, com descritores embaixo ou no verso, hoje em dia, com a profusão de *clicks*, perdeu-se esse hábito. Os celulares e câmeras geram numerações que identificam cada fotografia, mas que se não forem identificadas e nomeadas podem perder o significado e o porquê de existirem. Os álbuns em redes sociais, por exemplo, podem ser nomeados e criados para cada evento, mas se não houver do indivíduo o impulso de organizá-las por álbum, muitas fotografias ficarão no álbum geral, que apresenta as fotografias postadas na linha do tempo do usuário.

Nesse sentido, esta pesquisa tentará se debruçar sobre essas questões, trazendo-as ao foco e debates da Arquivologia, buscando entender a relação entre fotografias, arquivos pessoais e memória. Sendo este um outro importante foco de debates, uma vez que, cada vez mais, grupos sociais emergem e buscam nos arquivos e nos documentos fontes para a construção da sua memória. Assim, o escopo desta pesquisa se pautou em compreender as especificidades e organização dos acervos fotográficos. Como objetivos da pesquisa pretendeu-se verificar as especificidades e a organização dos acervos fotográficos, com ênfase nos de cunho pessoal, e sua relação com a memória. Buscando investigar a relação das fotografias com os arquivos pessoais, entendendo como essas podem ser constructos de memória e pensar em sugestões simples sobre organização de fotografias em arquivos pessoais, para leigos

Os documentos fotográficos em arquivos pessoais, desde a massificação da fotografia como forma de registro, se tornaram de extrema importância para a memória familiar, institucional e, até mesmo, estatal. As fotografias registram momentos e passam a ser, além de registros, fontes de memória e pesquisa. Por exemplo, não são poucos os autores que trabalham por meio de fotografias a história das cidades, dos espaços, das pessoas, de determinadas culturas e etc¹. Com o passar do tempo, desde a popularização das máquinas fotográficas, o barateamento dos materiais até as possibilidades das câmeras digitais, as fotografias adquirem um *status* de documento, de fonte histórica e de memória, que passam a exigir do arquivista um novo olhar sobre esse gênero de documento que é diferente do textual, o mais comum nos arquivos.

Para além do escopo acadêmico e institucional, as fotografias funcionam no dia-a-dia da população como forma de lembrança do passado, mostrando os costumes de outrora, e, mais recentemente, como forma, até mesmo, de divulgação de sentimentos diários. Atualmente, as fotografias ganharam essa nova dimensão, com a facilidade de acesso a dispositivos que permitem fotografar a qualquer momento, as pessoas passam a utilizá-las para divulgação pessoal, de seus sentimentos, gostos, como *status* pessoais em redes sociais, através das *selfies*.

Nesse sentido, pode-se observar que a fotografia ganha ainda mais poder para os indivíduos e para a sociedade como um todo. A partir de indagações simples e observações do cotidiano, como a valorização do registro fotográfico pelo indivíduo e, até mesmo, sua banalização, nasceram os questionamentos acerca dos quais essa pesquisa tentará mapear, observar e trazer a luz para o foco arquivístico e acadêmico.

As primeiras fotografias adentram o espaço das instituições arquivísticas através de documentos oficiais, estudos, fichas e formulários produzidos pelas instituições estatais. Para Lacerda (2011), as fotografias começam a ganhar um reconhecimento oficial, usadas como instrumento de trabalho, e passam a ser sinônimos de prova e precisão. Assim, as fotografias chegam aos arquivos, mas isso

¹ Ver exemplos em: FERREZ, Gilberto. **O Rio antigo do fotógrafo Marc Ferrez: paisagens e tipos humanos do Rio de Janeiro (1865-1918)**. Rio de Janeiro: João Fortes Engenharia; São Paulo: Ex-Libris, 1984; CARDOSO, Ciro F. & MAUAD, Ana Maria. **História e Imagem: os exemplos da fotografia e do cinema**; In CARDOSO, Ciro F. & VAINFAS, Ronaldo (orgs.). Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1997; CAMPOS, Fernando F. **Um fotógrafo, uma cidade**: Augusto Malta. Rio de Janeiro: _____, 1987.

não lhes garante um tratamento igual ao dispensado aos arquivos textuais e em papel. Começa então um relacionamento conturbado entre a Arquivologia e as fotografias, que muitas vezes eram retiradas de seu contexto.

Os acervos fotográficos sempre tiveram tendência a receber tratamentos díspares dos de outros acervos, mais clássicos e facilmente inteligíveis como o textual, por exemplo. Por um longo período dentro de instituições arquivísticas foram tratados como especiais, separados dos conjuntos documentais, formando verdadeiras coleções, graças à especificidade desses documentos e sua maior necessidade de conservação². Nesse sentido, Lacerda (2009) observa que este processo ocorreu, por exemplo, no acervo de Carlos Chagas, grande sanitarista e médico brasileiro, onde "as fotografias foram dispostas em dossiês temáticos num arranjo cronológico e transferidas para a Seção Iconográfica, procedimento de organização amplamente utilizado por instituições que mantêm arquivos" (LACERDA, 2009, p. 116).

As fotografias durante muito tempo foram vistas como autorreferentes, elas teriam um sentido independentes do seu contexto de produção. Eram vistas, segundo Lacerda (2008) como imagens de algo, como prova ou ilustração. Ou seja, as fotografias tinham um significado encerrado em si mesmas e eram utilizadas apenas como provas, sem levar em conta, entretanto, a intencionalidade do fotógrafo ou enquadramentos dados a fotografia. Esta mesma autora afirma que muitas vezes a única coisa que ligava as fotografias ao todo era a proveniência, que lhe dava um rótulo, mas não necessariamente um sentido. Deste modo, a Arquivologia tinha uma dificuldade de entendê-las como documentos, como partes construtoras do contexto arquivístico e que não deveriam perder essa relação com o todo.

Assim como as fotografias, os arquivos pessoais também sofreram com essa exclusão por parte da teoria e metodologia arquivística. Os arquivos pessoais foram por muito tempo mantidos como secundários nos debates da área, principalmente no caso brasileiro, uma vez que nem sempre eram vistos como arquivos, dignos de receberem um tratamento adequado, seguindo os "cânones" arquivísticos. Esse fato se devia, principalmente a especificidade do arquivo pessoal, que é a sua constituição

² Observar mais sobre a questão dos acervos fotográficos em: LACERDA, Aline Lopes de. **Fotografia e valor documental: o arquivo de Carlos Chagas**. História, Ciências, Saúde – Manguinhos. Rio de Janeiro, v.16, supl.1, jul. 2009, p.115-138. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v16s1/07.pdf>. Acesso em: 28 mai. 2017.

por pessoa física, fora do aparato institucional, que dá a organicidade ao documento e aos seus conjuntos. Assim, os arquivos pessoais não tendo claramente essa organicidade, permaneceram à margem da Arquivologia por um longo período, embora já fossem utilizados enquanto fontes de pesquisas por outras áreas.

Ao longo dos anos, a Arquivologia vem passando por um período de amplas mudanças, com a ampliação de seu escopo de estudos, aproximação com outras áreas e flexibilização de alguns "cânones", graças à crítica aos mesmos. Nesse sentido, abriu-se espaço para que os arquivos pessoais e as fotografias fossem melhor estudados e passassem a receber a atenção por parte do campo acadêmico arquivístico, de modo que nos últimos anos vê-se mais estudos sobre estes dois temas. Essas mudanças, pelas quais a Arquivologia passa, foram influenciadas, principalmente, pelo advento da arquivística contemporânea, ou, como alguns chamam, pós-moderna.

Essa nova linha de pensamento nasce dentro da Arquivologia da década de 1980 e teve influências de nomes como Terry Cook³, Luciana Duranti, por exemplo. E se caracteriza, principalmente, pela crítica aos cânones da área, através da reflexão sobre sua aplicação, buscando uma problematização dos mesmos e da ação dos arquivistas sobre os documentos. Esses cânones, como, o princípio da ordem original, por exemplo, começam a ser revistos e debatidos. Tognoli (2012, p. 82), afirma que:

No final da década de 1980, uma mudança de paradigma é anunciada na Arquivística, quando Hugh Taylor admite a obsolescência dos princípios e métodos arquivísticos promulgados no século anterior, caracterizando o final do século XX como um período de revolução científica na área, notadamente após o aparecimento das novas formas de produção de documentos e de novas tecnologias de informação. A disciplina é, então, convidada a repensar suas bases teóricas e práticas fundadas no século XIX para que pudesse dar conta da produção, organização e descrição do conhecimento arquivístico contemporâneo (TOGNOLI, 2012, p. 82).

Este momento de reflexão propiciou a abertura necessária para que os arquivos pessoais pudessem ser discutidos à luz da Arquivologia, pois a questão da intencionalidade da acumulação e guarda feita pelo titular passa a poder ser discutida. A autora Luciana Heymann (2009), inclusive sublinha a importância de pensar em

³ Para aprofundamento na questão ler: COOK, Terry. Arquivologia e Pós-modernismo: novas formulações para velhos conceitos. **Informação Arquivística**, v.1, n. 1, out. 2012. Disponível em: <<http://www.aaerj.org.br/ojs/index.php/informacaoarquivistica/article/view/9>>. Acesso em: 01 de Ago. de 2017.

documentos acumulados quando se trata de arquivos pessoais, em detrimento da definição clássica de arquivo que é a de documentos recebidos e acumulados no decorrer da execução de atividades, que se encaixa e designa melhor os arquivos institucionais. Dessa forma, Heymann (2009) chama atenção para a "ideia de acumulação, ao introduzir a noção de intencionalidade, seria mais conveniente para pensar os arquivos pessoais, submetidos não às injunções dos procedimentos administrativos, mas aos desígnios do indivíduo". (HEYMANN, 2009, p. 50).

Além da crítica aos cânones, a arquivologia pós-moderna começa a debater o próprio estatuto do documento de arquivo, pois começa-se a pensar que os documentos, por si só, não são isentos, eles são construções sociais executadas por indivíduos. Ou seja, os documentos são criados com um fim específico, ele é construído para atender a alguma demanda, e são feitos por pessoas, que não são neutras. Passa a se admitir a ideia de intencionalidade dos documentos. A autora Priscila Fraiz (1998), por exemplo, afirma que no arquivo pessoal de Gustavo Capanema sem dúvida houve enquadramentos e escolhas do titular, de modo que um tipo de memória fosse construído, incluindo, por exemplo, diversos tipos de classificação designadas por ele para seus documentos ao longo dos anos. Nesse sentido, percebe-se que o alargamento do conceito de arquivo e a crítica aos princípios faz com que esse tipo de debate possa florescer.

Um importante conceito a ser debatido ao longo desta pesquisa é o de memória, pois ele perpassa toda a discussão sobre as fotografias no âmbito dos arquivos pessoais. Deve-se partir do pressuposto que a memória é, segundo Halbwachs (*apud SCHMIDT; MAHFOUD, 1993*), construída não só pelo sujeito, mas principalmente pelo grupo social em que se vive. Ou seja, a memória possui uma natureza coletiva e se efetua individualmente pelos enquadramentos que os sujeitos determinam aos fatos. Para Halbwachs, a memória não é apenas um produto de uma construção coletiva, mas também um trabalho individual de reconstrução e reconstituição. A memória individual é um ponto central entre diferentes influências que se articulam de forma particular, enquanto a memória coletiva é o trabalho que um determinado grupo faz com lembranças compartilhadas nele.

Sendo uma construção social e coletiva a memória não é única e se encontra sempre em disputa, pelos mais variados grupos sociais. Dessa forma, Michael Pollack (1989) coloca a memória em disputa, isso porque uma mesma memória pode ser analisada e vivenciada de modos diferentes pelos atores nela envolvida, de acordo

com ensejos e o período em que essas memórias “esquecidas” possam vir à tona. Pollack afirma que as memórias subterrâneas precisam de um momento propício para serem expressas, de modo que as lembranças sobrevivem, através da tradição oral e uma rede de sociabilidades. Ou seja, é através da memória coletiva que as memórias subterrâneas sobrevivem até o momento específico de sua emergência, através de uma série de disputas que permitem que esse processo ocorra.

A memória para Nora (1993) é dinâmica, como algo que está vivo, como se ela sempre estivesse no cotidiano, ou seja, sempre no presente. Nora afirma isso, pois percebe a memória como algo que está constantemente passando por atualizações, isto porque ela, diferentemente da História, está menos vinculada a linguagem para sua existência. Nesse sentido, pode-se notar que uma das principais características da memória para o autor é seu poder de atualização contínua.

Pierre Nora afirma que a passagem da memória para a história - ou seja, a saída daquilo (memória) que tem base na lembrança, esquecimento e presente, sem uma análise aprofundada e que se baseia em lembranças vagas; para aquilo que é por excelência analítico, com base no senso crítico do passado – faz com que os grupos sociais precisem se redefinir, buscar suas raízes e origens. O autor percebe, assim, que a identidade se torna um imperativo dos indivíduos, dos grupos, que querem reencontrar suas lembranças e genealogias, e para isso eles recorrem a uma volta para a memória que fora perdida.

Nesse sentido, de ânsia de guarda de memórias e construção de identidades, nascem, o que Nora chama, de lugares de memória. Nora afirma que “os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos [...] porque essas operações não são naturais” (NORA, 1993, p.13). Ou seja, esses lugares são criados para guardar supostas memórias, mas que acabam guardando apenas uma determinada memória, que se quer totalizante, mas que é uma representação e, por isso, artificial. Os arquivos são lugares de memória para Nora e que, por isso, afirma que “o arquivo [...] não é mais o saldo mais ou menos intencional de uma memória vivida, mas a secreção voluntária e organizada de uma memória perdida” (Ibidem, p. 16).

Dessa forma, o conceito de memória a ser tratado aqui é o de construção coletiva e em disputa, que não está, e nem pode, cristalizada no tempo, ou seja, ela sofre alterações e mudanças. Além disso, os arquivos serão observados durante esta pesquisa como lugares de memória, onde o arquivista, assim como os produtores dos

arquivos pessoais, constrói discursos, identidades e falas de si mesmos. Ou seja, os arquivos pessoais, assim como os institucionais, são criadores de memórias.

Para atingir os objetivos apresentados para esta pesquisa serão percorridos caminhos metodológicos complementares. Nesse sentido, parte-se de revisão da literatura especializada, de modo a desenvolver um arcabouço teórico-metodológico que guie as investigações de campo e a viabilidade da pesquisa, tal como proposta. Esse levantamento bibliográfico contou com materiais sobre acervos pessoais, memória, acervos fotográficos e a conceituação do *status* desses acervos no âmbito arquivístico, quanto a sua organização e tratamento. Pretende-se observar o lugar das fotografias nos arquivos pessoais dentro do campo arquivístico, se já houve a preocupação em estudá-los ou não. Ao realizar este levantamento bibliográfico, para o estudo sobre a construção do conceito de arquivos pessoais, arquivos fotográficos e, ainda, sobre documentos fotográficos em arquivos pessoais, se observou qual o tratamento dispensado a esses tipos de acervo pelo campo arquivístico.

Em seguida, após o arcabouço teórico consolidado pelas bibliografias, foram coletados dados sobre a organização dispensada por pessoas comuns aos seus acervos mediante pesquisa, realizada através de questionário online, com ênfase na construção da memória e organização dos arquivos. Como instrumento de coleta desses dados foi aplicado um questionário, contendo perguntas baseadas na bibliografia analisada, a fim de verificar como os indivíduos lidam com as suas fotografias pessoais, que instrumentos utilizam para guardá-las e organizá-las. Buscou-se perceber se há preocupação com o método de organização, de modo a manter a organicidade dos arquivos pessoais.

Dessa forma, buscou-se construir, em uma terceira etapa, sugestões simples para aplicação ao público leigo, para que se efetue a guarda e organização desses documentos da maneira mais arquivisticamente correta possível, sem perder de vista a organicidade dos conjuntos. Para este intento, foi utilizada literatura especializada.

No capítulo 1, **Fotografia, Arquivologia e Memória: relações de conflito e proximidade**, observa-se a relação entre fotografia, memória e a Arquivologia, de modo que se possa observar como esses três elementos se conectam e se entremeiam. Neste capítulo, vê-se a relação conflituosa entre as fotografias e a Arquivologia e como a relação entre fotografia e memória se efetuou de modo bastante fácil.

No capítulo 2, buscou-se estudar a relação entre **Arquivos pessoais, memória e fotografia**, tentando, principalmente, entender o papel dos arquivos pessoais dentro da Arquivologia e a conexão com a memória.

Por fim, o capítulo 3, apresenta a análise dos dados coletados pela aplicação do questionário, mostrando através de uma análise sucinta os resultados. Além disso, apresenta **Sugestões de organização e identificação de fotografias pessoais**, para pessoas, principalmente, sem formação em Arquivologia.

1 FOTOGRAFIA, ARQUIVOLOGIA E MEMÓRIA: RELAÇÕES DE CONFLITO E PROXIMIDADE

1.1 Sobre fotografia: breve histórico

O passo inicial que leva a todas as descobertas e criação da fotografia se localiza no século XV, quando Leonardo Da Vinci observa que os corpos têm a propriedade de, quando iluminados pela luz intensa do sol, refletirem uma imagem invertida, através de um orifício em uma parede que fique oposta. Assim, nasce o experimento da câmara escura, que passa a ser constantemente modificado e aprimorado.

Sontag (1986) afirma que a fotografia surge do desejo do homem de fixar aquilo que seus olhos viam. Ou seja, a fotografia nasce a partir do desejo do homem de fixar os momentos vividos, de modo mais espontâneo e rápido do que as antigas pinturas permitiam. Walter Benjamin (1987, p. 91) afirma que o nascimento da fotografia já era pressentido no século XIX, pois vários pesquisadores e estudiosos buscavam a fixação das imagens da câmara escura, que como apenas um experimento óptico, não dava conta de fixar as imagens refletidas em suas paredes. A ânsia de fixação duradoura das imagens levou diversos pesquisadores a buscarem métodos para consegui-lo, através de diversos experimentos e tentativas. Nesse sentido, pesquisadores, tais como, Daguerre e Nièpce, para citar apenas alguns dos mais importantes para o processo, começaram a buscar a fixação dessas imagens.

Nasce, então, no século XIX a fotografia enquanto imagem fixada em um suporte. Em 1826, Joseph Nièpce, utilizando-se uma espécie de verniz asfáltico sob uma chapa de vidro, consegue a primeira imagem fixada em um suporte produzida pela ação da luz, depois de uma exposição de horas ao sol. Esse processo, ainda que distante das fotografias instantâneas de atualmente, foi um passo importante para o início da fixação da imagem em um suporte.

Em 1839, Daguerre é quem consegue desenvolver um método, que foi realmente inserido no mercado, e se torna o "inventor" da fotografia. O processo de Daguerre era baseado em recobrir uma chapa de prata com uma camada de prata polida e sensibilizada por iodeto de prata, que posteriormente era revelada em vapores de mercúrio e tinha sua fixação garantida por uma solução de sal aquecido. A superfície polida faz com que os daguerreótipos sejam positivos, logo não permitiam reprodução. Walter Benjamin, inclusive, afirma que os daguerreótipos tinham de ser

manipulados "em vários sentidos, até que se pudesse reconhecer, sob uma luz favorável, uma imagem cinza pálida" (Ibidem, p. 93). Geralmente, essas primeiras "fotografias" eram guardadas em estojos adornados e protegidos por um vidro, como verdadeiras joias, ou seja, ganham um *status* de algo precioso.

Após a invenção de Daguerre, outros seguiram na toada de melhoria do invento. A partir deste momento, segundo Benjamin, o Estado, inclusive, influencia no patenteamento da invenção, indenizando Daguerre e Nièpce e colocando o invento em domínio público. Com isso, Benjamin afirma que, foram criadas "as condições para um desenvolvimento contínuo e acelerado" (Ibidem, p. 91) da fotografia, que logo se tornariam uma espécie de fascínio. É, então, a partir desse fascínio que o desenvolvimento das pesquisas em torno das fotografias seguiu, permitindo ainda no século XIX o desenvolvimento do calótipo (1840), que permitia a reprodução das imagens; do colódio úmido (1851); do uso de gelatina para fixação das imagens (1871), que permitiu a comercialização das placas fotográficas e etc.

Essas invenções e aprimoramentos do processo de fixação, além de modificações nas câmeras, lentes e negativos permitiu que o processo fotográfico passasse a ser cada vez menos lento e mais instantâneo. Kossoy (1989) afirma que

seu consumo crescente e ininterrupto ensejou o gradativo aperfeiçoamento da técnica fotográfica. Essencialmente artesanal, a princípio, esta se viu mais e mais sofisticada à medida que aquele consumo, que acontecia particularmente nos grandes centros europeus e nos Estados Unidos, justificou inversões significativas de capital em pesquisas e na produção de equipamentos e materiais fotossensíveis. A enorme aceitação que a fotografia teve, notadamente a partir da década de 1860, propiciou o surgimento de verdadeiros impérios industriais e comerciais. (KOSSOY, 1989, p. 25-26).

Vale a pena salientar, contudo, que o contexto da Revolução Industrial permitiu o avanço significativo das pesquisas e desenvolvimento da fotografia, pois, segundo Kossoy, durante esse período "verifica-se enorme desenvolvimento das ciências: surge naquele processo de transformação econômica, social e cultural uma série de invenções que viriam influir decisivamente nos rumos da história moderna" (Ibidem, 1989, p. 25). A fotografia, ainda nas palavras de Kossoy, nasce no bojo dessas modificações e ganha um "papel fundamental enquanto possibilidade inovadora de informação e conhecimento, instrumento de apoio à pesquisa nos diferentes campos da ciência e também como forma de expressão artística" (Ibidem, p. 25).

No sentido de apoio a ciência, por exemplo, pode-se perceber que a fotografia, segundo Lacerda (2011), ganha um valor de prova e de testemunho que passa, inclusive, a figurar em documentos institucionais de modo a demonstrar os fatos. Esta autora afirma que

os termos "evidência" e "fotografia", na segunda metade do século XIX, foram relacionados à emergência de novas instituições e novas práticas de observação e acumulação de registros, estas últimas exercidas pelos estados nacionais das sociedades industrializadas do período, como também por uma rede de instituições disciplinares em desenvolvimento que as adotam como práticas administrativas - como a polícia, as prisões, os asilos, os hospitais, os departamentos de saúde pública, as escolas e até o próprio sistema moderno de fábricas. (LACERDA, 2011, p. 31)

Essas instituições disciplinares são, segundo Foucault (1996), produtos da sociedade disciplinar, instaurada no século XIX, que é criada como uma alternativa de penalidade, ou de responsabilização, do indivíduo pelos seus atos. Foucault afirma que "toda penalidade do século XIX passa a ser um controle, não tanto sobre se o que fizeram os indivíduos está em conformidade ou não com a lei, mas ao nível do que podem fazer" (FOUCAULT, 2006, p. 85). Ou seja, passa-se a vigiar e observar as ações do indivíduo antes que eles cometam ou não algo que fira os valores morais da sociedade. Antes de qualquer punição, a sociedade passa a vigiar o homem e ele a si próprio, pois a auto vigia passa a ocorrer, assim como o exame de suas qualidades morais e enquadramentos no que a sociedade espera dele. Assim, Foucault afirma que nascem diversos poderes laterais e instituições, que em parceria com o Estado, passam a controlar as virtualidades do indivíduo, tal como a polícia, por exemplo.

A sociedade disciplinar é uma sociedade de controle social, onde todos se vigiam e o Estado, através das suas instituições, consegue o controle de seus membros. Para Foucault o Estado passa a criar, dentro da sociedade disciplinar, estudos e todo um aparato de conhecimento sobre e em torno dos indivíduos que controla, criando novas ciências e conhecimentos. É, então, através das instituições disciplinares e sua documentação que, segundo Lacerda (2011), as primeiras fotografias adentram o espaço institucional, saindo do âmbito exclusivamente artístico e/ou pessoal. Essas primeiras fotografias funcionavam como prova e registro que permitia "a detenção do controle e do poder sobre o conhecimento. Isso explica em parte a sua ampla utilização nas mais variadas áreas do conhecimento científico do período" (LACERDA, 2011. p. 32). Sendo assim, fazendo parte de outros registros, é que as fotografias começam a chegar às instituições arquivísticas.

1.2 Fotografia e Arquivologia: uma relação de conflitos

As primeiras fotografias que adentram, então, o espaço das instituições arquivísticas vem na toada de estudos, fichas e formulários produzidos pelas instituições disciplinares de controle, como acima citado. Para Lacerda (2011), as fotografias começam a ganhar um reconhecimento oficial, usadas como instrumento de trabalho, e passam a ser sinônimos de prova e precisão. Esta mesma autora chama atenção para o caráter ambivalente das fotografias nesse período, uma vez que para além de fins "científicos", também eram utilizadas como expressão artística, mas assinala que uma faceta não exclui a outra. Kossoy afirma que

o registro de paisagens urbana e rural, a arquitetura das cidades, as obras de implantação das estradas de ferro, os conflitos armados e as expedições científicas, a parar dos convencionais retratos de estúdio - gênero que provocou a mais expressiva demanda que a fotografia conheceu desde seu aparecimento e ao longo de toda a segunda metade do século XIX -, são alguns dos temas solicitados aos fotógrafos do passado. (KOSSOY, 1989, p. 26).

Exemplificando o que Kossoy afirma acima, pode-se citar as fotografias tiradas por Augusto Malta⁴, durante o período que foi contratado como fotógrafo oficial do então Distrito Federal, o Rio de Janeiro, quando documentou todas as modificações arquitetônicas, físicas e de comportamento que a cidade passava na época das Reformas Passos⁵, no início do XX. Essas fotografias eram frutos de um trabalho para o qual Malta foi contratado pelo Estado e que acabou chegando a diversas instituições⁶. Nesse sentido, percebe-se que, em todas as situações citadas por

⁴ Sobre Augusto Malta, sua produção e acervo, acessar: <http://portalaugustomalta.rio.rj.gov.br/> Acesso em 30 mai. 2017.

⁵ Sobre as Reformas Passos ler: BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos: um Haussmann tropical*. A renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1992. / ROCHA, Oswaldo Porto. *A era das demolições*. Cidade do Rio de Janeiro, 1870-1920. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1995.

⁶ O site do Instituto Moreira Salles afirma que nele há a guarda de acervo sobre Malta, além do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, Arquivo da Light (empresa para qual Malta trabalhou como fotógrafo), para citar algumas instituições que tem sob sua guarda documentos fotográficos de Malta. Disponível em: <http://www.ims.com.br/ims/explore/artista/augusto-malta>. Acesso em 29 mai. 2017.

Kossoy, invariavelmente, afetam e fazem com que as fotografias cheguem aos arquivos institucionais.

A chegada aos arquivos institucionais, então, ocorre a partir da fotografia como parte de outros documentos e conjuntos documentais, funcionando como prova ou demonstração do que estava escrito. Mas, o relacionamento entre a Arquivologia, as fotografias e o tratamento que lhes era dispensado foi, logo de início, conturbado e exclusivo. Ou seja, a Arquivologia e as instituições arquivísticas durante muito tempo lidaram com as fotografias como documentos especiais, que deveriam ter um tratamento diferenciado dos demais, por não ser um documento textual, aqueles que são típicos dos arquivos. Logicamente, a conservação e preservação deste tipo de acervo é mesmo diferenciada, se comparada com os documentos em papel, mas isso não significa que não se possa criar mecanismos de manutenção das fotografias no contexto (tais como notas, por exemplo) do fundo, coleção ou série onde elas estavam originalmente.

O contexto arquivístico é, segundo Théo Tomassem (2006, p. 10), o conjunto de fatores que "determinam como documentos são gerados, estruturados, administrados e interpretados". Ou seja, é uma espécie de base para que os documentos estabeleçam vínculos uns com outros e façam parte de uma lógica, em um sentido mais amplo. Assim, se os documentos não estiverem inseridos em um determinado contexto não tem o mesmo sentido e interpretação, de forma que não seriam documentos arquivísticos. É o contexto arquivístico que determina se o documento é ou não arquivístico.

Nesse sentido, Ana Maria Camargo (2009) considera o contexto arquivístico a base para a preservação do sentido dos documentos dentro do seu conjunto. Segundo esta autora, o documento arquivístico é "desprovido de autonomia epistemológica, o arquivo materializa a personalidade ou a instituição de que resulta" (FAYET apud CAMARGO, 2009, p. 34). Para Camargo, então, a manutenção do princípio da proveniência, onde os documentos devem permanecer em seus fundos de origem, é essencial, de modo que é o contexto que os mantém conectados e com um sentido lógico.

Dessa maneira, Camargo assinala que o documento arquivístico permanece probatório se o seu contexto for mantido, uma vez que é ele que confere a legitimidade e autenticidade do documento. Assim, afirma que o documento, fora do contexto arquivístico, mantém o seu valor informativo, ou seja, secundário, que interessam ao

pesquisador e que permitem diversas interpretações. Enquanto isso, o documento cujo contexto é mantido, alcança um "patamar estável de classificação na medida em que constituem prova do relacionamento das partes envolvidas. [...] o valor informativo é dependente do valor probatório" (CAMARGO, 2009, p. 34). Ou seja, o documento quando contextualizado arquivisticamente permite uma visualização melhor de sua construção, apresentando um elo entre outros documentos do conjunto, de modo que ele não fique "solto" ou "avulso", mas que represente uma parte de um todo íntegro.

Embora o contexto arquivístico seja muito caro à Arquivologia, anteriormente este panorama era muito mais flexibilizado nas instituições arquivísticas, principalmente no que tange as fotografias. Era muito comum, por exemplo, a retirada ou desmembramento das fotografias de seu conjunto documental original, o que ocasionava, na maioria das vezes, a perda do contexto. Nesse sentido, muitas fotografias, que faziam parte de um fundo arquivístico e foram retiradas dele, acabaram transformadas em verdadeiras coleções, pois não apresentavam mais o elo que as ligava aos documentos que lhes dava sentido ou o valor probatório, tal como citado por Camargo.

A autora Aline Lacerda (2008) afirma que a abordagem mais tradicional dispensada as fotografias em arquivos era a de tratá-las como

autorreferentes, desprovidas de vínculos evidentes com o resto da documentação de uma mesma proveniência, sem conexão clara com a entidade produtora, já que a função que desempenharam como documentos geralmente não é objeto de identificação. Nos arquivos, as fotografias são frequentemente consideradas como imagens de "alguma coisa", apenas referências a eventos externos ao domínio dos arquivos. Na maioria dos casos, o único vínculo que liga as fotografias ao conjunto é a proveniência, que funciona como um rótulo de identificação de pertencimento a um conjunto maior (LACERDA, 2008, p. 80)

Ou seja, as fotografias por serem vistas como itens informativos, referenciais ou acessórios não eram observadas como documento de arquivo. Lacerda afirma que a falta de metodologia e questionamentos sobre os documentos fotográficos abriu caminho para o "desenvolvimento de uma abordagem que privilegia questões relativas à preservação dos suportes, numa forma de 'compensação metodológica' que tenta suprir a falta de elaboração de um método de organização mais adequado" (Idibem, p. 80). Assim, as fotografias tinham possibilidade de ser retiradas do conjunto, para serem reunidas com outras, que, geralmente, eram armazenadas na área destinada aos documentos especiais da instituição, aqueles que demandam mais cuidados de

preservação. Nesse sentido, pode-se perceber que a conservação da fotografia tinha mais importância do que um tratamento arquivístico adequado.

Além dessa dificuldade ligada a conservação das fotografias, muitos arquivistas não viam as fotografias como documentos de arquivo, pois enxergavam nelas um objeto que não era comum no seu trato diário. O papel, enquanto suporte, e o documento textual ocuparam durante séculos, e ainda ocupam, lugar central nos arquivos e sempre demandaram, por seu volume e quantidade, mais atenção dos arquivistas. No documento textual o arquivista consegue identificar com mais facilidade seu contexto, forma, assunto, tipo documental e outros elementos facilmente legíveis. Nesses documentos, por exemplo, o arquivista pode lançar mão da análise tipológica⁷, por exemplo, de modo a verificar sua gênese e contexto.

Esses procedimentos são muito mais complexos de serem aplicados em documentos fotográficos, pois muitas vezes esses ainda são vistos como peças únicas, expressões artísticas ou meras ilustrações. As fotografias apresentam um tipo diferente de linguagem complexa e sua criação exige processos diferentes (GURAN, 1992, p. 16), que demandam do arquivista conhecimento sobre o processo fotográfico, para que possa dar as fotografias o tratamento e descrição adequados, sem perder de vista seu conjunto. Além disso, as fotografias, diferentemente dos documentos textuais e em suporte de papel, não apresentam uma forma concreta, um tipo determinado por regras fixas, o que dificulta, por exemplo, uma análise diplomática das fotografias.

A fotografia, por não ser o documento principal tratado pela arquivística, ficou, então, durante muito tempo gravitando às margens da atuação do arquivista e sem estudos que discutissem a fotografia enquanto documento que pode ser arquivístico. Esse cenário vem se alterando com o passar do tempo, com o advento da Arquivologia pós-moderna e os debates mais profundos sobre a rigidez dos cânones, como citado anteriormente. Lacerda (2008) observa que

novos estudos com abordagens diferenciadas voltam a focar a problemática dos documentos visuais e das fotografias, buscando um entendimento desses registros nos ambientes dos arquivos, considerando-os como peças integrantes do conjunto e, portanto, compartilhando dos mesmos

⁷ Segundo Heloísa Belloto (2002, p. 19): "A Tipologia Documental é a ampliação da Diplomática em direção à gênese documental, perseguindo a contextualização nas atribuições, competências, funções e atividades da entidade geradora/acumuladora. [...] o objeto da Tipologia, além disso, é estudá-lo enquanto componente de conjuntos orgânicos".

vínculos atribuídos à documentação textual em relação ao produtor do arquivo. (LACERDA, 2008, p. 81).

Lacerda afirma que alguns estudos da área começam a problematizar o documento fotográfico, enquanto arquivísticos, "evidenciando o caráter funcional-burocrático que esses documentos podem apresentar" (Ibidem, p. 86). Ou seja, nas instituições as fotografias são criadas para atender um objetivo determinado e, por isso, adquire vínculos com outros documentos, formando um conjunto orgânico dotado de contexto. A mesma autora atenta ao fato desta nova postura evidenciar o "valor probatório da fotografia, sua autenticidade, associada a seu contexto funcional e de produção documental, deslocando o valor informativo baseado em seu conteúdo para um lugar secundário no debate sobre o seu caráter documental" (Ibidem, p. 87). Ou seja, a arquivologia passa a observar a fotografia como parte do conjunto, dotada de significado não só pelo que está retratado, mas, principalmente, pelas relações com outros documentos e fotografias.

1.3 Fotografia e memória

Se a relação da fotografia com a Arquivologia nem sempre foi amistosa ou próxima, isto não se repetiu entre a fotografia e a memória. A relação entre as duas se estabeleceu de uma maneira fácil, quase automática, principalmente pelas fotografias serem consideradas como fontes e testemunhos da verdade, pois "mostram" a imagem do fato, do acontecimento.

A fotografia com o passar do tempo e com o seu aprimoramento técnico, que permite menos tempo de exposição e a facilidade do fotógrafo não ter que preparar ele mesmo as chapas de fixação, vai ganhando uma aura de testemunho. Este tipo de visão exclui, por exemplo, a ação do fotógrafo sobre a sua obra, que pode ser um enfoque e não um panorama completo do fato. Nesse sentido, Felizardo e Samain (2007) observam que "o fato de a fotografia ser uma representação do 'real' pode não ser suficiente para lhe conferir credibilidade absoluta" (FELIZARDO; SAMAIN, 2007, p. 211). As fotografias passam a ser vistas como signos da verdade, ou seja, se foi fotografado é verdade e o discurso fotográfico se torna a expressão do real, assim a fotografia passa a ser prova do ocorrido. As fotografias passam a exercer o poder de

prova, inclusive científica, com seu uso pelas instituições disciplinares, como citado anteriormente.

Peter Burke (2004) afirma que as “imagens nos permitem ‘imaginar’ o passado de forma mais vívida” (BURKE, 2004, p. 17). Essa expressão de Burke é muito presente até hoje no imaginário popular quando se trata de fotografia, pois elas trazem a ideia de guardar um testemunho, de poder observar diferentes tempos, nem sempre vividos pelo indivíduo, fazendo-o imaginar as vivências e os contextos daquele personagem ali retratado. Para além de testemunho, a fotografia se tornou uma verdadeira ponte para a memória, pois a partir das imagens pode-se rememorar o passado, revivê-lo e, até mesmo, escrever ou criar memórias.

A fotografia funciona, então, como um mecanismo de memória, mas “assim como a memória, ela [a fotografia] pode ‘selecionar’ partes do real a fim de iludir, manipular, fazer parecer” (FELIZARDO; SAMAIN, 2007, p. 211). Nesse sentido, o registro fotográfico não pode ser tratado como a expressão do real, principalmente em um sentido totalizante, ou seja, sem levar em consideração o contexto de sua criação, a intencionalidade do autor. Sobre a intencionalidade da fotografia, Mauad (2017) exemplifica que “a morte, a perda e a tristeza, sentimentos que não pertenciam ao tempo encapsulado da vivência familiar fotografável, mantinham-se fora do quadro fotografado” (MAUAD, 2017, p. 400). Ou seja, aquilo que não é agradável ou não traz boas lembranças é excluído do registro fotográfico, percebendo-se, assim, certa intencionalidade ou recorte.

Aqui, a crítica histórica às fontes como verdade absoluta se faz bastante útil e importante, uma vez que por mais interessante que seja o registro fotográfico para fins de pesquisa, ele deve ser visto como um recorte, um documento que é passível de crítica e análise. Ou seja, “a fotografia é uma reconstrução da realidade, em linguagem própria, e como tal necessita de ser decodificada por seus usuários” (SILVA, 1998, p. 49). Assim, assume-se que as fotografias não são verdades absolutas, como nenhum documento é, elas são fragmentos que precisam ser decodificadas e ligadas a outros documentos que permitam a sua interpretação.

Neste sentido de desconstrução da fotografia como um discurso completo e totalmente verdadeiro, Sônego (2010) afirma que

se a fotografia foi e ainda é utilizada como janela para o passado, fornecendo dados que os documentos textuais não registraram, por outro lado a compreensão da fotografia como uma forma de representação abriu inúmeras possibilidades de análise de problemas históricos associados à construção da

imagem. Os diferentes autores que adotaram a fotografia como instrumento ou objeto de pesquisa, embora realizem trajetórias diferentes em suas construções metodológicas, apontam a necessidade de desconstrução do aparente, desvendando aquilo que está oculto, identificando os assuntos/temas que foram focados naquele determinado momento histórico, os fotógrafos e agências/autores das imagens e as tecnologias empregadas em sua produção, bem como o contexto em que foram realizadas e a utilização da linguagem verbal para o preenchimento das brechas e silêncios deixados pela imagem. (SÔNEGO, 2010, 114).

Dessa forma, pode-se observar que a palavra “selecionar” está no cerne da questão sobre o registro fotográfico, pois a fotografia é a seleção, por exemplo do que é registrado ou não pela câmera do fotógrafo e seus enquadramentos e das fotos que merecem lugar de destaque ou aquelas que devem ser esquecidas. Para Kossoy (1989), por exemplo, as fotografias mostram “frações do real visível de outrora que foram selecionadas para os devidos registros” (KOSSOY, 1989, p. 152). Assim, pode-se notar, e levar em consideração, que as fotografias são seleções, dotadas da intencionalidade dos fotógrafos e de quem as armazena e guarda também. Kossoy afirma, ainda, que “apesar de ser a fotografia a própria ‘memória cristalizada’, sua objetividade reside apenas nas *aparências*” (Ibidem, p. 152), isso porque sem conhecer o contexto de sua criação as fotografias pouco informam. As fotografias, então, como documentos dotados de intencionalidade devem ser criticadas e consideradas dentro de seus contextos históricos.

Para Kossoy “o fragmento da realidade gravado na fotografia representa o congelamento do gesto e da paisagem, e, portanto, a perpetuação de um momento, em outras palavras da memória” (Ibidem, p. 155). Nesse sentido, pode-se notar a importância da fotografia para a memória e sua construção, pois ela, mesmo que fragmentária, guarda os momentos vividos, “cristaliza” o passado, ajuda na construção do discurso e história em torno do que ocorreu. As fotografias atuam na “construção da identidade de uma sociedade, preservando a memória individual e coletiva. Contribuindo para a recuperação da memória de uma população de diferentes gerações” (ELLIOTT; MADIO, 2015). Ou seja, assim como outros documentos, as fotografias funcionam como constructos de memória.

2 ARQUIVOS PESSOAIS, MEMÓRIA E FOTOGRAFIA

2.1 Arquivos Pessoais: a Arquivologia e fonte historiográfica

Os arquivos pessoais, segundo o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005, p. 34), são aqueles "arquivos de pessoa física". O arquivo pessoal é caracterizado pela produção e acumulação por um indivíduo, a dita pessoa física, ou seja, ele é formado por uma pessoa, para fins pessoais, e não por uma instituição ou em resposta a ações institucionais. Mas, mesmo não sendo criados para atender uma demanda institucional, os documentos de arquivos pessoais podem ser arquivísticos, uma vez que eles, assim como os documentos institucionais, nascem para atender as demandas do produtor. Segundo Ana Maria Camargo:

os documentos de arquivo obedecem a uma lógica puramente instrumental, ligada às demandas imediatas do ente produto. Dessa condição decorrem postulados que afetam, de modo similar, arquivos de instituições e pessoas: a necessidade de preservar a integridade do fundo e o sistema de relações que os documentos mantêm entre si e com o todo [...]; a primazia do contexto sobre o conteúdo (ou do valor probatório sobre o valor informativo). (CAMARGO, 2009, p. 28)

Apesar de Camargo observar que os arquivos institucionais e pessoais devem seguir a mesma regra de preservação de integridade de fundo e que o contexto e relações dos documentos devem prevalecer ao conteúdo, durante muito tempo, a Arquivologia teve dificuldade de tratar os arquivos pessoais. Isto porque se observava a dificuldade de aplicação das regras e normas, dispensadas aos documentos e arquivos institucionais, ou mesmo adaptá-las às especificidades dos arquivos pessoais.

Com a dificuldade de a Arquivologia entender os arquivos pessoais enquanto arquivos, que precisavam ser tratados com a mesma atenção metodológica que os arquivos institucionais, eles ficaram durante grande período do lado de fora da literatura arquivística. E, assim, na maioria das vezes, os arquivos pessoais ficaram relegados a serem tratados como coleções, uma vez que não se via ali as características básicas que classificam os documentos arquivísticos como tais. Estas características são os que usualmente os arquivistas se baseiam para classificar um registro como arquivístico e que, segundo Duranti (1994), são os princípios da: imparcialidade, autenticidade, naturalidade, inter-relacionamento e unicidade.

A primeira característica que Duranti cita é o da imparcialidade dos registros documentais, que significa que os documentos "são inerentemente verdadeiros" (DURANTI, 1994, p. 51) e que eles fornecem provas, pois fazem parte dos fatos. Nesse sentido, os documentos não são escritos na intenção de informar para a posteridade, mas sim como provas de atividades e circunstâncias que demandaram sua criação. O que Duranti expõe não é que os documentos sejam criados sem intervenções da pessoa que os escreve, mas que eles nascem por um propósito e para cumprir uma determinada ação.

A segunda característica é a da autenticidade, que está ligada a continuidade da custódia, de acordo "com procedimentos regulares que podem ser comprovados" (Ibidem, p.51) do documento desde seu nascimento, passando por sua manutenção e posterior custódia. Aqui, não se discute a natureza do conteúdo do documento, se falso ou autêntico, mas se o documento foi criado para atender uma necessidade e mantido para atestá-la ou gerar outras informações.

A naturalidade é a terceira característica apontada por Duranti e diz respeito a como os "documentos se acumulam no curso das transações de acordo com as necessidades da matéria em pauta: eles não são 'coletados artificialmente, como os objetos de um museu (...), mas acumulados naturalmente'" (Ibidem, p.52). Ou seja, não é que a produção seja natural, posto que é algo pensado e executado, mas a sua acumulação o é, eles se acumulam de maneira progressiva no decorrer das ações que necessitam que os documentos sejam criados. Nesse sentido, os documentos apresentam relações entre si, pois nenhum documento nasce sozinho, ele é criado para atender uma atividade e está imbricado em uma rede de outros documentos que atestam a ação e sua continuidade. Assim, a quarta característica é justamente o inter-relacionamento entre os documentos, pois todo documento arquivístico tem relação com outros e tem um contexto de criação o justifica.

A quinta, e última, característica do documento arquivístico é a unicidade do documento. Sendo cópia ou original, a ideia é de que cada registro deve ser único naquele contexto, ou seja, "cada registro documental assume um lugar único na estrutura documental do grupo ao qual pertence e no universo documental" (Ibidem, p. 52).

Tais características ou princípios para o documento ser considerado documento arquivístico não são facilmente adaptáveis aos arquivos pessoais, uma vez que foram pensados mais em um âmbito de documentos institucionais do que

privados. Por exemplo, a imparcialidade de documentos pessoais pode ser colocada em xeque, uma vez que os documentos encontrados em um arquivo pessoal podem ter sido "selecionados" para funcionar como elemento construtor de uma determinada memória, enquadrada no que o produtor do arquivo buscava.

Além da dificuldade de enquadramento dos documentos de arquivos pessoais, enquanto arquivísticos, segundo suas características intrínsecas, citadas acima, sempre houve a dificuldade de aplicação dos princípios básicos, aqueles que norteiam a Arquivologia, aos arquivos pessoais. Esses princípios são o da proveniência e ordem original. A proveniência é o princípio pelo qual os documentos originários de uma instituição ou pessoa devem permanecer separados de documentos de outras origens, é a proveniência que "define um conjunto de documentos como arquivo" (RODRIGUES, 2006, p. 106). Enquanto que o princípio da ordem original, que é para muitos o aprofundamento ou verticalização do princípio da proveniência no nível do documento, seria

aquela em que os documentos de um mesmo produtor estão agrupados conforme o fluxo das ações que os produziram ou receberam. Se o documento é a corporificação de ações que ocorrem em um fluxo temporal, a ordem original, ou melhor, a ordem dos documentos em correspondência com o fluxo das ações torna-se indispensável para a compreensão dessas ações e, conseqüentemente, para a compreensão do significado do documento. (Ibidem, p. 106).

Nesse sentido, a aplicação, principalmente, da ordem original é bastante complexa em arquivos pessoais, uma vez que, na maioria das vezes, os documentos passam pelos filtros e crivos de familiares ou herdeiros antes de serem doados a alguma instituição arquivística. Até mesmo nos arquivos que são doados sem serem filtrados pela família, muitas vezes não é identificável a ordem original atribuída pelo autor.

Assim, a Arquivologia via os arquivos pessoais enquanto não-naturais, segundo Luciana Heymann (2009b), tendo dificuldade de tratá-lo enquanto arquivos. Contudo, ao passar do tempo e até mesmo com certa dificuldade, a Arquivologia vem aos poucos começando a tratar os arquivos pessoais como arquivos de fato, que merecem um tratamento adequado, de modo que não perca suas características e organicidade. Essa mudança de perspectiva se deve, principalmente, a mudança que a área vem passando ao longo das últimas décadas, onde com grande influência de autores

conhecidos como contemporâneos ou pós-modernos, o escopo teórico-metodológico começou a mudar.

Essas mudanças supracitadas permitiram que os debates sobre os cânones principais da Arquivologia começassem a acontecer, de modo que o que eram parâmetros cristalizados, começam a ser questionados, colocados sobre outra visão e dialogando com outras áreas. Nesse sentido, os arquivos pessoais passam a ser observados não só como coleções, que deveriam ser tratados pela biblioteconomia ou museologia, mas como acervos dotados de sentido, que são acumulados para cumprir determinados fins e que são provas das atividades e funções de seu autor. É, então, graças às mudanças e autocrítica da Arquivística enquanto ciência que os estudos sobre arquivos pessoais conseguem um espaço, ainda que pequeno, dentro da produção científica da área.

Apesar da dificuldade da Arquivologia em tratar os arquivos pessoais como arquivos por um longo período, como acima citado, a importância deste tipo de arquivo não passou despercebida para os pesquisadores e nem pelas instituições. As instituições arquivísticas, em grande número, recolhem este tipo de acervo quando estes são vinculados a grandes personalidades e que tenham ligação com a história ou missão da instituição, mesmo que não exista um consenso quanto ao tratamento desses acervos. E os pesquisadores, muitas vezes, recorrem a este tipo de acervo para suas pesquisas, nesse sentido, a História, Sociologia, Memória Social, entre outras áreas, se apropriaram de seu conteúdo, uma vez que percebem que tais arquivos podem constituir uma boa fonte pesquisa.

Essa seleção dos arquivos pessoais como fonte também se deve a mudanças em outras áreas científicas como, por exemplo, na História, que passa a procurar, não apenas nos documentos institucionais, fontes alternativas para a pesquisa. Assim, as mudanças ocorridas na área da História, principalmente com o fim da influência do positivismo na área, graças a crítica às fontes documentais como verdades absolutas promovida pela *Escola dos Annales*⁸, abrem espaço para outros tipos de pesquisa e uso de fontes documentais. Segue-se a esta mudança, diversas outras: como a valorização da micro-história; valorização da história cultural; estudos familiares e etc. Tais mudanças fazem a busca pelos documentos pessoais um tipo de fonte cada vez

⁸ Para aprofundamento do tema ler: BURKE, Peter. **A escola dos Annales** (1929-1989): A Revolução Francesa da historiografia. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

mais comum. Até mesmo porque os documentos presentes em arquivos pessoais mostram ao pesquisador outro prisma sobre os acontecimentos e sobre a sociedade em geral e demonstra, como esses dois fatores, afetam o cotidiano e as sociabilidades dos indivíduos.

Essa espécie de fascínio do historiador pelos arquivos pessoais, segundo Ângela de Castro Gomes (1998), data "dos anos 1970, na Europa em geral, e na França em particular. Até então, eram os historiadores da arte que, [...] 'santificavam' esse tipo de fonte" (GOMES, 1998, p. 122). Para esta autora, até aquele momento a maioria dos historiadores que trabalhavam com essas fontes eram aqueles que trabalhavam com artistas e que não podiam, de forma alguma, se furtar de observar os arquivos pessoais. Nesse sentido, os historiadores que trabalhavam com assuntos mais "nobres", mais canonizados e hierarquicamente mais importantes, como a economia e política, por exemplo, não utilizavam tais arquivos.

A descoberta dos arquivos pessoais pelos historiadores ocorre, no que Castro diz estar "associada a uma significativa transformação do campo historiográfico, onde emergem novos objetos e fontes para a pesquisa" (Ibidem, p.122). Nessa mudança assinalada por Castro, estudos sobre a importância da cultura, da família, das sociabilidades, entre outros temas, ganham espaço e se tornam tão passíveis de estudo quanto os temas "clássicos" mais ligados à política e economia. Além disso, até mesmo para esses temas as fontes advindas das pesquisas em arquivos pessoais podem ser importantes, uma vez que neste tipo de acervo pode-se achar pistas e documentos referentes a tais temas.

2.2 Arquivos pessoais e memória

As mudanças, acima citadas, permitiram legar um novo *status* aos documentos dos arquivos pessoais, que antes era atribuído apenas aos documentos oficiais e institucionais. Esse novo *status* é o de uma espécie de monumentalização deste tipo de documento, ou seja, viram verdadeiros monumentos e se tornam dignos de serem considerados enquanto patrimônio. O autor Jacques Le Goff (1996) afirma que determinados documentos adquirem a aura de verdadeiros monumentos e isso ocorre quando eles adquirem valor para além do informativo ou probatório, ou seja, se tornam mais do que meros documentos para serem constitutivos de memória.

Assim, Le Goff afirma que "a história é o que transforma os documentos em monumentos" (LE GOFF, 1996, p. 102), pois é na ação do historiador que seleciona o documento, ou conjunto deles, e os dota de um valor para além daquele para o qual foi criado é que reside a monumentalização. Ou seja, é da ação da História e do historiador, ou melhor dizendo, na ação dos pesquisadores que os documentos são monumentalizados e se transformam em construtores e constitutivos de memória e, conseqüentemente, de discursos. Nesse sentido, pode-se observar que os arquivos pessoais, assim como os documentos, se tornam verdadeiros monumentos ao serem utilizados nas pesquisas e ao serem ressignificados pelos pesquisadores.

Assim, deve-se assumir o valor memorialístico dos documentos, principalmente quando se fala de documentos pessoais, uma vez que dentro deste tipo de acervo cada documento é uma peça, muitas vezes selecionada pelo produtor, para construir um determinado tipo de memória. Luciana Heymann (2009a), em sua tese de doutorado, afirma que os arquivos são partes constituintes na formação memória e da identidade dos grupos sociais, uma vez que fornece parte do capital para sua construção, sendo, inclusive, "objeto de reivindicações coletivas com relação ao acesso a determinados conjuntos documentais" (HEYMANN, 2009a, p. 7). Sobre o surgimento de novas memórias e a relação delas com a identidade dos sujeitos, a mesma autora afirma que:

a relação entre memória e identidade é um tema clássico nas ciências sociais, já que os grupos se fundam, também, sobre o compartilhamento de uma memória comum. Um aspecto importante nesse contexto diz respeito ao aparecimento de novas memórias no espaço público - ao emergirem na cena social, afirmando sua identidade, os grupos trazem à luz uma memória, para a qual buscarão reconhecimento (HEYMANN, 2006, P. 3).

Dessa forma, não se pode perder de vista que os arquivos são também construções sociais, que reproduzem determinados códigos sociais, disputas de poder, de discursos e de memória. Assim, pode-se perceber a importância desses espaços enquanto lugares de memória, ou seja, lugares onde a memória tem lugar, não só de guarda, mas de construção de si mesma pelos grupos ou pesquisadores que dela se apropriam. Para o autor Pierre Nora (1993) "os lugares de memória são, antes de tudo, restos" (NORA, 1993, p. 12), pois são nesses lugares que são guardados aqueles artefatos ou documentos que servirão para lembrar e escrever a história. Assim, Nora afirma que os arquivos são lugares que "são marcos testemunhas de uma outra era, das ilusões de eternidade. [...] São os rituais de uma

sociedade sem ritual; sacralizações passageiras numa sociedade que dessacraliza" (Ibidem, p 13).

Os lugares de memória são, então, lugares para que se sacralize determinados tipos de memória, visões e discursos. E eles existem graças ao "sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos" (Ibidem, p.13). Dessa forma, Nora diferencia a memória em verdadeira, aquela que vive no hábito e, a histórica, aquela que é deliberada. E, é desse segundo tipo de memória, que os lugares de memória dependem para existir, pois ela gera a impressão que se precisa, cada vez mais, de "suportes exteriores e de referências tangíveis de uma existência que só vive através delas. Daí a obsessão pelo arquivo que marca o contemporâneo" (Ibidem, p. 14). Percebe-se, assim, que a memória é um conceito em disputa, uma vez que ela pode ser apropriada, criada, desconstruída, reconstruída e manipulada de acordo com o período histórico, os interesses envolvidos e os agentes que influenciam sua construção.

Assim como Nora, Artières (1998) percebe que os arquivos são compostos de fragmentos, pois "não conservamos senão uma parte ínfima de todos esses vestígios" (ARTIÈRES, 1998, p. 10). Ou seja, para esses dois autores os arquivos são compostos das "sobras" dos processos de descarte do autor, do arquivista e outras perdas causadas por fatores extrínsecos e, até mesmo, pelos intrínsecos, como, por exemplo, o esmaecimento de uma fotografia, que com o passar do tempo fica amarelada e depois perde a imagem.

Sendo os arquivos lugares de memória, mesmo que fragmentárias, eles representam a sacralização dos documentos, das fotografias e dos artefatos neles acondicionados. Dessa forma, os arquivos pessoais quando adentram esses espaços também passam a fazer parte dessa sacralização, pois enquanto estão com seus produtores eles executam a primeira memória citada por Pierre Nora, que é aquela mais espontânea, do hábito ou necessidade de guardar seus documentos. Já quando os arquivos pessoais adentram as instituições arquivísticas, eles se tornam os fragmentos, a seleção do produtor, de sua família ou do próprio arquivista e, por isso mesmo, se tornam o segundo tipo de memória citada por Nora - aquela construída de forma deliberada.

Os arquivos, então, são lugares de disputa, de memória e de sacralização dos documentos. É ao adentrar as instituições arquivísticas que os documentos se tornam parte do patrimônio, ganhando uma relevância que anteriormente não era sua. No

caso dos arquivos pessoais, eles adentram as instituições se forem de pessoas importantes para a história ou a missão da instituição, ou seja, só são guardados nas instituições arquivísticas os arquivos pessoais daqueles que tem algum tipo de relevância. Heymann (2009b) afirma que "as definições de arquivos pessoais pela disciplina caracterizam os titulares desses fundos como 'estadistas', 'políticos', 'cientistas' e 'literatos', vinculando a identidade do acumulador ao desempenho de uma atividade profissional" (HEYMANN, 2009b, p.44).

Desta forma, pode-se perceber que o recolhimento de um arquivo pessoal para uma instituição arquivística ocorre quando se trata de uma figura representativa, o que significa que os documentos dessas figuras é que são sacralizados, se tornam fontes de pesquisa e tem sua memória guardada nas instituições. Ou seja,

as representações associadas aos conjuntos documentais acumulados por indivíduos - entre as quais operam juízos históricos sobre o que pode ter valor para a pesquisa e para o "patrimônio" documental da coletividade - parecem consagrar, [...] de um lado, arquivos de um interesse público e histórico incontestes; e, de outro, os arquivos que melhor expressariam a natureza "autoral" dos conjuntos documentais acumulados por indivíduos, cuja atividade literária [...] poderia ser acompanhada por meio da análise de rascunhos e versões [...]. Seja como for, a caracterização dos arquivos pessoais ressalta a dimensão "profissional" da vida de seus titulares, ou seja, as atividades que desempenham na cena pública. (Ibidem, p. 44)

Assim, pode-se perceber que os arquivos pessoais só se tornam passíveis da atenção do arquivista e dos pesquisadores quando eles adentram uma instituição, que lhe confere uma aura sacralizadora, transformando-o em patrimônio. As instituições arquivísticas, desta forma, encenam o papel que Nora lhes atribui: o lugar dos resquícios, advindos da acumulação do produtor, e que participarão da construção da memória, quando for "resgatado" pelo pesquisador, que lhe dará um novo significado e sentido.

2.3 A Fotografia e Arquivos Pessoais

Os arquivos pessoais têm como característica a diversidade de tipos documentais em sua composição, ou seja, neles podem ser encontradas, por exemplo, cartas, cartões-postais, convites, documentos de identificação civil, recortes de jornais e etc. Sendo assim, Heymann (2009b) observa que "as especificidades dos conjuntos documentais de natureza pessoal - que dizem respeito à tipologia de

documentos que abarcam, à informalidade que caracteriza o arquivamento e às razões para a acumulação" (HEYMANN, 2009b, p.49). Ou seja, os arquivos pessoais são diversos, complexos e específicos. Não há um igual ao outro e, talvez, seja aí que resida a dificuldade da Arquivologia de os aceitarem durante tanto tempo, como citado acima.

A diversidade de tipologias documentais no arquivo pessoal oferece uma infinidade de fontes de pesquisa ao pesquisador, pois permite diversos tipos de abordagens e usos desse arquivo. Assim como cartas e cartões-postais, outro documento imagético muito presente em arquivos pessoais são as fotografias, que desde a sua massificação, tem importância, cada vez maior, nos conjuntos documentais pessoais. Representadas, em grande parte das vezes, em álbuns, as fotografias representam as vivências, sociabilidades, festejos, eventos e todo tipo de passagem da vida do produtor do arquivo. Dessa forma, as fotografias nos arquivos pessoais demonstram alguns recortes da vida do sujeito, posto que elas não apresentam a totalidade dos eventos e dos fatos, como discutido no primeiro capítulo.

A autora Márcia Rendeiro (2010) afirma, sobre os álbuns familiares, que as "imagens fotográficas são quase sempre apresentadas em séries, vinculadas desse modo ao elemento narrativo, o que por sua vez possibilita a construção de memórias individuais e coletivas [...]. O conjunto dessas fotografias configura uma espécie de texto imagético" (RENDEIRO, 2010, p. 3). Ou seja, na visão dessa autora, as imagens dispostas em álbuns representam uma espécie de texto, passível de "leitura e entendimento, um discurso visual que traz à tona a representação e a identidade da família no espaço social" (Ibidem, p. 3). Nesse sentido, pode-se perceber que a montagem dos álbuns fotográficos, muito presentes nos arquivos pessoais, contam uma história e representam as fotografias que o produtor entende que faça sentido para a conformação daquela história, contada através do álbum.

Os álbuns e as fotografias, de modo geral, dentro dos arquivos pessoais tem sua razão de existir também pela guarda da memória individual e familiar que elas representam. Deste modo, as fotografias dentro dos arquivos pessoais efetuam também o papel de memória e de guarda das lembranças selecionadas para fazerem parte daquele acervo. Nesse sentido, é válido observar que

A memória registra vários elementos vinculados às emoções, sentimentos e ações do ser humano, daí surge à reflexão de que não existe apenas a identidade pessoal que o homem busca a fim de se compreender melhor como ser, mas também uma identidade coletiva que se forma, tanto no âmbito das

relações pessoais quanto numa relação de pertencimento de um povo dentro de uma região, estado ou país. A memória é a preservação do passado, mas insere seus fundamentos no registro e no resguardo do presente, preservando-o. (ELLIOTT; MADIO, 2015).

Além da importância memorialística, as fotografias pessoais também demonstram um caráter autobiográfico, uma vez que podem vir a narrar a vida e os fatos ocorridos na vida dos indivíduos, principalmente quando dispostos em álbuns. Assim, de acordo com Gonçalves e Albuquerque (2015)

narrar histórias de vida constitui-se um significativo caminho para registrar as trajetórias de vida e até mesmo constituir biografias, que podem ser feitas por meio do uso de documentos, a exemplo das fotografias, produto do registro de imagens mediante a ação da luz sobre o filme, e o álbum, como livro em que se colam fotografias, selos ou recortes, fragmentos, escritos, memórias. De modo que a esse conjunto de documentos, quando analisados, podemos denominá-lo fotoautobiografia. Trata-se, pois, da narração da vida de uma pessoa por meio de suas fotografias e álbuns (GONÇALVES; ALBUQUERQUE, 2015, p. 54).

Essa faceta “fotoautobiográfica”, citada pelas autoras Gonçalves e Albuquerque (2015), é cada vez mais explorada nos dias atuais, devido não somente a massificação da fotografia, mas, principalmente, pela sua presença constante no cotidiano das pessoas. Isto ocorre, principalmente, porque as fotografias não servem mais somente para guardar lembranças de fatos passados ou festas em família, elas agora são mais usadas para transmitir um status diário, por exemplo. E é, neste sentido de transmissão de status e sentimentos, que as fotografias em redes sociais se configuram como autobiográficas, pois contam as “histórias” que o produtor quer transmitir sobre sua vida, efetuando a construção da própria imagem.

Essa veia autobiográfica das fotografias pessoais se expressa, pois

a fotografia consumida nas redes sociais, no pressuposto de um objeto passível de coleção, exige inicialmente uma reflexão sobre o gesto de fotografar, levando em conta a ideia de que o fotógrafo é (ele mesmo) um aparelho, um veículo, um instrumento a serviço da informação, ou preparado para dar forma a um conceito, uma visão, evocando sentidos e sensações. Essa análise tem por princípio o fato de que as fotografias pessoais compartilhadas no Facebook, considerando as próprias observações da pesquisa, configuram em sua maioria produções do próprio usuário. Nesse caso, revestido do papel de fotógrafo, ou de editor de suas imagens, ele se transforma em uma espécie de narrador, responsável pela formação de uma imagem maior, que aparece sobreposta às fotografias compartilhadas, em camadas de composição, originando uma identidade ou persona dentro da rede. (RENDEIRO, 2015, p. 111).

Ou seja, quem cria as fotografias postadas em redes sociais e a mesma pessoa que constrói a narrativa, executando, por fim, uma narrativa de si mesmo.

A autora Márcia Rendeiro (2015) afirma que “nada mais é fixo e estático, o conjunto de imagens que circula pela rede está no terreno das sensações, do vivido e da representação; uma frente de exteriorização que se amplia o tempo todo”. (RENDEIRO, 2015, p. 30). Nesse sentido, as fotografias pessoais nos dias atuais não são só mais aquelas encontradas em álbuns de família, que dependiam de impressão e organização. Atualmente, as fotografias pessoais são encontradas em profusão, em redes sociais diversas, em diversos dispositivos e, na maioria das vezes, sem organização alguma e com riscos de perda constante.

Milton Guran (2012), afirma que

Com o advento da tecnologia digital, com seus diversos dispositivos de produção de imagem – câmeras, telefones, tablets etc – e circuitos inovadores de difusão e circulação da informação visual, a fotografia de documentação passou a ser o principal instrumento de comunicação visual utilizado de forma cada vez mais universal, pela sua difusão em escala global e por estar ao alcance das mais variadas classes sociais. (GURAN, 2012, p. 10).

Nesse sentido, observa-se a fotografia tem o seu papel alargado nos dias atuais, pois, além de testemunho, elas são usadas para comunicação visual. Assim, além de testemunhar o fato, capturar o momento e servir de construção de memória, as fotografias, cada vez mais, são utilizadas para a comunicação, até mesmo pessoal. Dessa forma, percebe-se que a fotografia transcende a si mesma, se tornando fonte de comunicação e, cada vez mais, de memória.

3 DOCUMENTOS FOTOGRÁFICOS EM ARQUIVOS PESSOAIS: DESAFIOS DE ORGANIZAÇÃO E EMPECILHOS PARA A MEMÓRIA

As reflexões apresentadas ao longo deste trabalho serviram de escopo para refletir sobre os desafios da organização dos documentos fotográficos em arquivos pessoais na atualidade, principalmente pela grande profusão de aparatos tecnológicos capazes de produzir fotografias, a qualquer hora e lugar, e armazená-las. As fotografias, como anteriormente apresentado, tem uma relação direta com a construção da memória e tem um papel importante em muitos arquivos pessoais. Mas, como a grande quantidade de fotografias pessoais, nos dias de hoje, podem afetar a organização dos arquivos pessoais e, mais futuramente, sua transformação em um construtor de memória, se tornou uma questão inquietante ao longo deste trabalho.

De modo a verificar como as pessoas leigas, sem necessariamente formação arquivística, encaram suas fotografias e como as organizam optou-se pela aplicação de um questionário aberto na Internet. Esta escolha se deve à facilidade de acesso ao questionário e para buscar atingir um público o mais plural possível. Foram elaboradas 13 perguntas, dentre elas perguntas básicas de identificação pessoal, como a faixa etária, por exemplo, e outras perguntas específicas sobre organização dos documentos fotográficos em arquivos pessoais. O questionário ficou disponível para respostas por 4 dias, na plataforma Google Formulários, e foi divulgado através de redes sociais. Durante este período, foi respondido por 635 pessoas.

As perguntas sobre a organização dos documentos fotográficos em arquivos pessoais buscaram atingir, principalmente, como as pessoas comuns veem sua produção documental fotográfica no presente, de modo que se possa pensar como isso afetará a organicidade desses arquivos no longo prazo e, conseqüentemente, a ação desses documentos sobre a memória.

3.1 Análise dos resultados

A primeira pergunta do questionário foi sobre a faixa etária dos consultados. Essa pergunta não é decisiva quanto aos resultados específicos da pesquisa, de modo que as conclusões não são significativas por uma faixa etária específica, mas

esteve presente para conhecer o perfil dos respondentes. Na figura 1, listada abaixo, pode-se observar que a maioria dos respondentes possui mais de 30 anos.

Faixa Etária

635 respostas

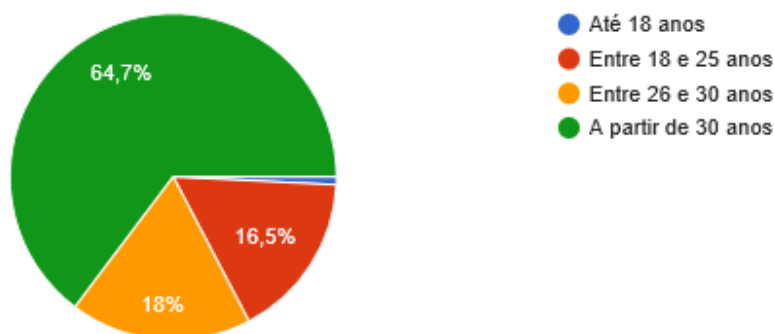


FIGURA 1 - DEMONSTRAÇÃO DE PORCENTAGEM DE FAIXA ETÁRIA DOS RESPONDENTES. FONTE: [HTTPS://DOCS.GOOGLE.COM/FORMS/D/1IVFYV3A6XZHRWTDPLM8DCQ_LRIKJMDRBNKG9XNHCOHO/EDIT#RESPONSES](https://docs.google.com/forms/d/1ivfyv3a6xzhrwtdplm8dcq_lrikjmdrbnkg9xnhcoho/edit#responses)

Outra pergunta a respeito do perfil dos respondentes é sobre a formação que eles possuem. Nesse sentido, a maioria dos respondentes possui ensino superior completo (73,2%). E, vale salientar, que esta pergunta está intimamente ligada a terceira pergunta do questionário, a qual visava identificar qual a área de formação dos respondentes.

Formação

635 respostas

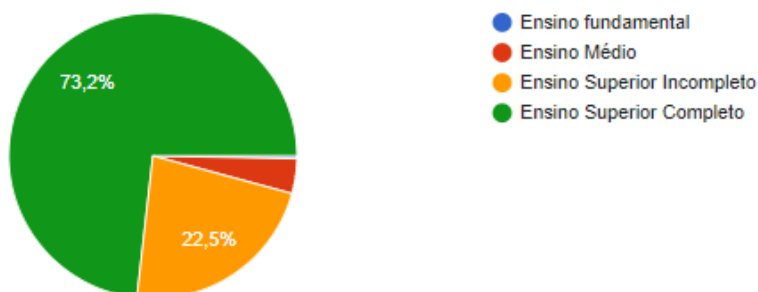


FIGURA 2 - DEMONSTRAÇÃO DE PORCENTAGEM DA FORMAÇÃO DOS RESPONDENTES. FONTE: [HTTPS://DOCS.GOOGLE.COM/FORMS/D/1IVFYV3A6XZHRWTDPLM8DCQ_LRIKJMDRBNKG9XNHCOHO/EDIT#RESPONSES](https://docs.google.com/forms/d/1ivfyv3a6xzhrwtdplm8dcq_lrikjmdrbnkg9xnhcoho/edit#responses)

Essa terceira pergunta foi a única do questionário com respostas livres e nela foi percebida uma grande gama de respondentes: arquivistas, médicos, bibliotecários, contabilistas, administradores e etc. Sendo a maioria da área de Arquivologia (47,7%), mas esse resultado se explica pela ampla divulgação do questionário em grupos relacionados ao tema e a área específica. Mas, no geral, percebeu-se que a quantidade de áreas diversas permite uma pluralidade dos respondentes, que era um dos alvos do questionário.

Se possui Ensino Superior Completo ou está cursando, em qual área de formação?

561 respostas

Total de Respostas: 561	
Área do Conhecimento	Quantidade de respondentes
Administração	16
Analista de Sistemas / TI / Ciência da Computação	13
Arquivologia	249
Biblioteconomia	42
Biologia	8
Ciências Contábeis	16
Ciência da Informação	14
Comércio Exterior / Relações Internacionais	5
Comunicação Social / Jornalismo	5
Direito	12
Engenharia	8
História	54
Medicina	25
Museologia	10
Pedagogia	8
Serviço Social	5

FIGURA 3 - LISTAGEM COM ALGUMAS RESPOSTAS DA PERGUNTA SOBRE QUAL ÁREA DE FORMAÇÃO. FONTE: COMPILAÇÃO PRÓPRIA CONFECCIONADA A PARTIR DOS DADOS FORNECIDOS PELO GOOGLE FORMULÁRIOS. OBS: A ESCOLHA DE EXECUTAR UMA COMPILAÇÃO E NÃO USAR A DO SUPRACITADO PROGRAMA SE BASEIA NO FATO DE ELE NÃO COMPILAR AS ÁREAS CORRETAMENTE. POR EXEMPLO, SE A RESPOSTA FOR HISTÓRIA COM “H” MINÚSCULO OU MAIÚSCULO ELE DIFERENCIA E CRIA DIFERENTES CATEGORIAS, NÃO COMPILANDO OS DADOS.

As perguntas específicas sobre os documentos fotográficos em arquivos pessoais começam a partir da quarta pergunta (figura 4) e buscam mapear como os respondentes observam sua produção fotográfica. Esta pergunta sobre a organização das fotografias pessoais obteve como resposta a maioria dos respondentes afirmando que nem sempre se preocupam com a organização de suas fotografias (38,1%).

As fotografias que você tira no seu dia-a-dia costumam ser organizadas por você?

635 respostas

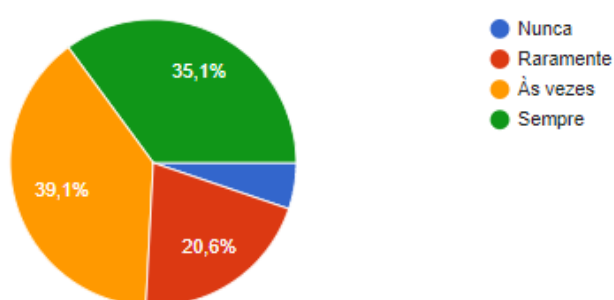


FIGURA 4 - DEMONSTRAÇÃO DE PORCENTAGEM DE ORGANIZAÇÃO DAS FOTOGRAFIAS PESSOAIS. FONTE: [HTTPS://DOCS.GOOGLE.COM/FORMS/D/1IVFYV3A6xZHRWTDPLM8DCQ_LRIKJMDRBNKG9XNHCOHO/EDIT#RESPONSES](https://docs.google.com/forms/d/1IVFYV3A6xZHRWTDPLM8DCQ_LRIKJMDRBNKG9XNHCOHO/edit#responses)

Esse padrão de respostas se torna preocupante principalmente ao levar em consideração a quantidade de informação e fotografias geradas pelos indivíduos nos dias de hoje. Essa despreocupação e pouca atenção despendida para a organização das fotografias, em específico, e de outros documentos, no geral, pode vir a acarretar problemas de identificação e de organização arquivística.

Essa dificuldade será cada vez maior, graças à profusão de informações geradas, podendo causar a perda de organicidade e contexto dessas fotografias, fazendo com que as fotografias percam seu valor probatório ou contextual, o que as faria voltar ao estágio, apontado por Lacerda (2008), de meras ilustrações. Desse modo, acredita-se que deve-se manter ao máximo o contexto de produção das fotografias e que ele seja mantido. Identificando essas fotografias, mesmo que minimamente possível, de modo que elas não percam seu valor probatório ou contextual.

Já a pergunta seguinte do questionário era relacionada à anterior e dizia respeito a como as pessoas que organizam suas fotografias, executam essa ação. A maior parte (48,6%) respondeu que organizam suas fotografias por evento.

Se sim, como você as organiza?

603 respostas

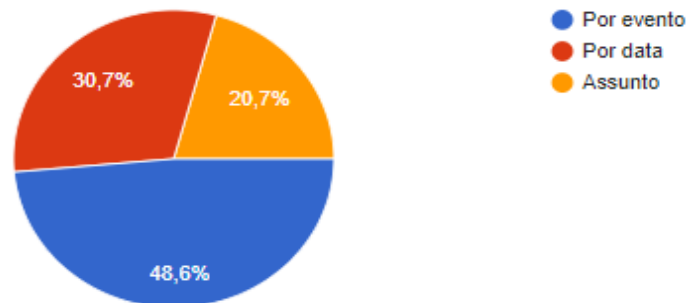


FIGURA 5 - DEMONSTRAÇÃO DE PORCENTAGEM DE COMO SE EFETUA ORGANIZAÇÃO DE ARQUIVOS PESSOAIS.
FONTE:
[HTTPS://DOCS.GOOGLE.COM/FORMS/D/1IvFYV3A6xZHRWTDPLM8DCQ_LRIKJMDrBNKG9XNHCOHO/EDIT#RESPONSES](https://docs.google.com/forms/d/1IvFYV3A6xZHRWTDPLM8DCQ_LRIKJMDrBNKG9XNHCOHO/edit#responses)

Essa organização por evento é interessante, principalmente se for levado em consideração que o indivíduo possui várias atribuições, como, trabalho, estudos, hobbies e etc. Comparando com arquivos institucionais, os indivíduos possuem e exercem diversas funções, que geram documentos. Heymann (2007) afirma que existe “a necessidade de reconhecer os nexos dos documentos com as atividades e funções que os originaram” (HEYMANN, 2007, p. 2). Nesse sentido, a separação das fotografias por eventos pode facilitar uma futura organização contextual desses arquivos pessoais, ou seja, uma organização que leve em conta o contexto de criação dos documentos, de modo que as ligue com as funções que motivaram (causaram, originaram) sua existência. Essa postura ajuda na manutenção da organicidade dos conjuntos, pois permite a ligação das fotografias com o seu contexto.

Ainda sobre como os indivíduos organizam suas fotografias pessoais, perguntou-se como eles fazem essa organização. Na maioria das vezes (81,1%) as fotografias são organizadas em pastas no computador ou pastas em celulares (32,5%). Nesta pergunta o respondente poderia marcar mais de uma opção.

Quais opções abaixo você usa para organizar suas fotografias?

624 respostas

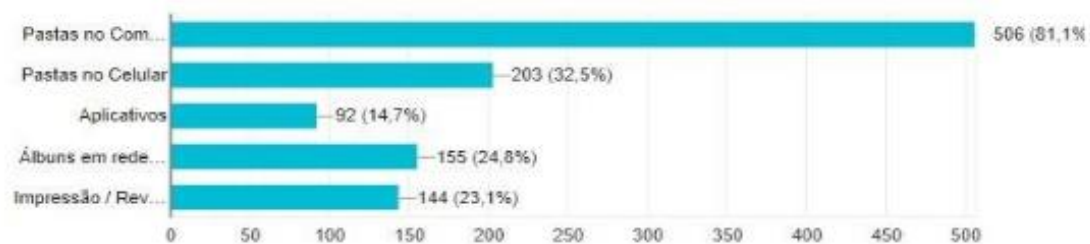


FIGURA 6 - DEMONSTRAÇÃO DE PORCENTAGEM DE MEIOS DE ORGANIZAÇÃO DE FOTOGRAFIAS PESSOAIS. FONTE: [HTTPS://DOCS.GOOGLE.COM/FORMS/D/1IVFYV3A6XZHRWTDPLM8DCQ_LRIKJMDrBnkG9XNHCOHO/EDIT#RESPONSES](https://docs.google.com/forms/d/1ivfYV3A6xZHRWTDPLM8DCQ_LRIKJMDrBnkG9XNHCOHO/edit#responses)

O questionário abordou também questões sobre a identificação das fotografias, de modo que se pudesse perceber se este é um fator importante na organização desses documentos. A maioria respondeu que não identifica suas fotografias de nenhuma forma (35%).

Você identifica suas fotografias? Utiliza informações de onde foram tiradas, quem está na fotografia e etc?

628 respostas

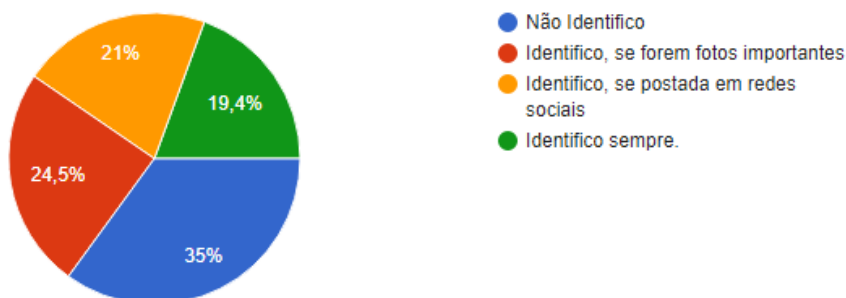


FIGURA 7 - DEMONSTRAÇÃO DE PORCENTAGEM DE IDENTIFICAÇÃO DE FOTOGRAFIAS PESSOAIS. FONTE: [HTTPS://DOCS.GOOGLE.COM/FORMS/D/1IVFYV3A6XZHRWTDPLM8DCQ_LRIKJMDrBnkG9XNHCOHO/EDIT#RESPONSES](https://docs.google.com/forms/d/1ivfYV3A6xZHRWTDPLM8DCQ_LRIKJMDrBnkG9XNHCOHO/edit#responses)

Essas respostas são bastante preocupantes, uma vez que a falta de identificação das fotografias pode causar futuramente a perda de seu contexto de produção, ou seja, seu porquê de existir. Além disso, a falta de identificação do evento,

das pessoas participantes ou local onde elas foram tiradas, por exemplo, pode gerar um amontoado de fotografias que dependem de um terceiro ou do próprio autor para entender porque elas existem. Sem identificação, as fotografias podem demorar ou nem serem entendidas e conseqüentemente podem ser descontextualizadas.

Sobre a manutenção das fotografias pessoais perguntou-se como o *backup* é realizado, ou seja, como as pessoas guardam suas fotografias digitais de modo a evitar a sua perda. A maioria das pessoas afirmou que faz *backup* às vezes (46,5%) ou nunca (11,2%), como demonstra o figura número 8.

Você costuma fazer algum tipo de backup de suas fotografias?

632 respostas

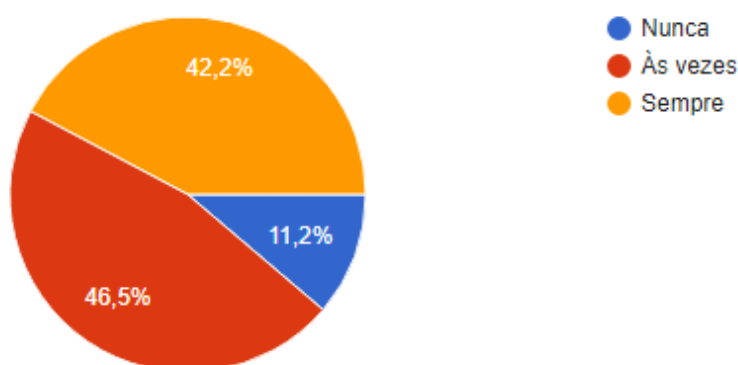


FIGURA 8 - DEMONSTRAÇÃO DE PORCENTAGEM DE BACKUP DE FOTOGRAFIAS PESSOAIS. FONTE: [HTTPS://DOCS.GOOGLE.COM/FORMS/D/1IvFYV3A6xZHRWTDPLM8DCQ_LRIKJMDRBNKG9XNHCOHO/EDIT#RESPONSES](https://docs.google.com/forms/d/1IvFYV3A6xZHRWTDPLM8DCQ_LRIKJMDRBNKG9XNHCOHO/EDIT#RESPONSES)

Mais uma vez, vê-se um cenário preocupante, uma vez que a maioria dos respondentes faz seus *backups* apenas às vezes ou nunca. Essa falta de *backups* pode causar um lapso ou lacunas na “história” fotográfica pessoal e, considerando o que foi exposto acima sobre a importância alargada das fotografias nos dias de hoje, pode ser bastante prejudicial para o entendimento do contexto dos arquivos pessoais. Os *backups* são, então, importantes para a manutenção do conjunto dos documentos e das fotografias.

A pergunta seguinte buscava identificar as formas pelas quais os respondentes efetuam seus *backups*, se o efetuam. Essa pergunta poderia ter mais de uma opção escolhida. E nela foi identificado que a maioria se utiliza de drives ou “nuvens” online

(52%), seguido da utilização de HDs externos (41,5%), que já são instrumentos bastante conhecidos para *backups*.

Como é executado seu backup?

- Descarrega as fotografias em computador, sem identificação
- Descarrega as fotografias em computador e identifica
- Drives ou "nuvens" na internet
- HD externo

FIGURA 9 - OPÇÕES DE RESPOSTA PARA PERGUNTA DE EXECUÇÃO DE BACKUP. FONTE: [HTTPS://DOCS.GOOGLE.COM/FORMS/D/1IvFYV3A6xZHRWTDPLM8DCQ_LRIKJMDRBNKG9XNHCOHO/EDIT](https://docs.google.com/forms/d/1IvFYV3A6xZHRWTDPLM8DCQ_LRIKJMDRBNKG9XNHCOHO/EDIT)

Como é executado seu backup?

581 respostas

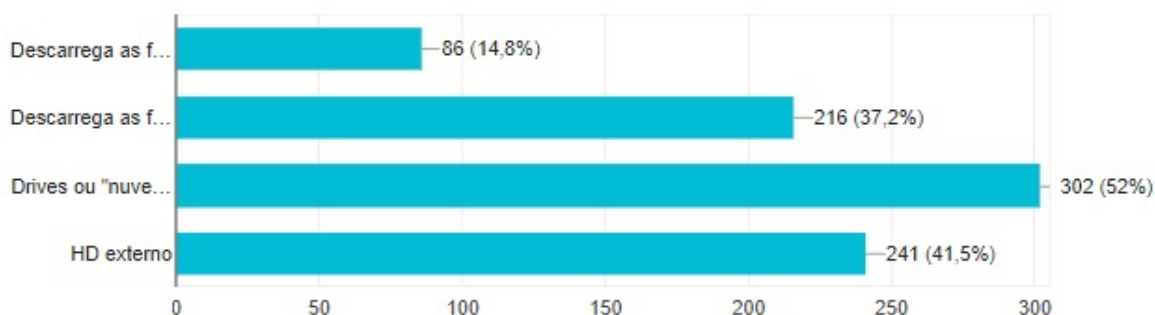


FIGURA 10 - DEMONSTRAÇÃO DE PORCENTAGEM DE EXECUÇÃO DE BACKUPS DE FOTOGRAFIAS PESSOAIS. FONTE: [HTTPS://DOCS.GOOGLE.COM/FORMS/D/1IvFYV3A6xZHRWTDPLM8DCQ_LRIKJMDRBNKG9XNHCOHO/EDIT#RESPONSES](https://docs.google.com/forms/d/1IvFYV3A6xZHRWTDPLM8DCQ_LRIKJMDRBNKG9XNHCOHO/EDIT#RESPONSES)

Todas as formas de *backup* são válidas, desde que a organização ocorra antecipadamente e que siga as mesmas regras, buscando normatizar e controlar o conteúdo descritivo o máximo possível. Nesse caso, é importante definir regras para organização e periodicidade, independentemente do meio ou suporte de execução dos *backups*.

Também se perguntou sobre a preocupação dos respondentes com a perda de suas fotografias, independente de seus hábitos de guarda ou *backup*. Nesse sentido, a ampla maioria respondeu que se preocupa sim com a perda de suas fotografias (88%).

Você se preocupa com a perda de suas fotografias?

633 respostas

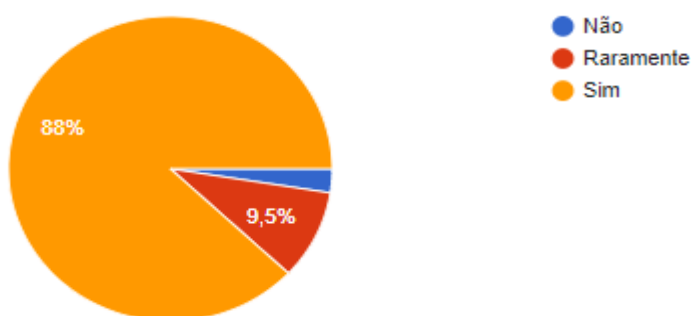


FIGURA 11 - DEMONSTRAÇÃO DE PORCENTAGEM SOBRE A PREOCUPAÇÃO DE PERDA DE FOTOGRAFIAS PESSOAIS. FONTE: [HTTPS://DOCS.GOOGLE.COM/FORMS/D/1IVFYV3A6xZHRWTDPLM8DCQ_LRlKJMdrBnkG9XNHCOHO/EDIT#RESPONSES](https://docs.google.com/forms/d/1IVFYV3A6xZHRWTDPLM8DCQ_LRlKJMdrBnkG9XNHCOHO/edit#responses)

Essa preocupação, no entanto, não se reflete no hábito de *backup* ou de uma melhor organização das fotografias pessoais, como refletido na pergunta e figuras seguintes. Nesta pergunta, pode-se perceber que os indivíduos já perderam fotografias por falta de *backup* ou por falta de organização, pois 71% (figura 12) responderam que esse fato já lhes ocorreu. Ou seja, apesar de temerem perder suas fotografias pessoais, as pessoas não agem para evitar tais perdas, pois já lhes aconteceu.

Você já perdeu fotografias por falta de backup ou por dificuldade de encontrá-las em seus dispositivos (como celulares, máquinas digitais e etc)?

634 respostas

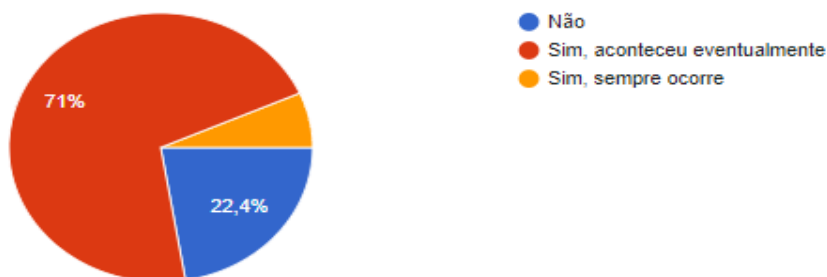


FIGURA 12 - DEMONSTRAÇÃO DE PORCENTAGEM SOBRE PERDA DE FOTOGRAFIAS POR FALTA DE BACKUP OU DIFICULDADE DE ENCONTRÁ-LAS EM DISPOSITIVOS. FONTE: [HTTPS://DOCS.GOOGLE.COM/FORMS/D/1IvFYV3A6xZHRWTDPLM8DCQ_LRIKJMDRBNKG9XNHCOHO/EDIT#RESPONSES](https://docs.google.com/forms/d/1IvFYV3A6xZHRWTDPLM8DCQ_LRIKJMDRBNKG9XNHCOHO/EDIT#RESPONSES)

Essa falta de atitude dos indivíduos poderia ser minorada se fossem divulgadas, principalmente para leigos, conhecimentos básicos sobre a organização de fotografias. No caso, a próxima pergunta (figura 13) do questionário observa que a maioria (94,1%) utilizaria métodos eficazes e eficientes para a organização de suas fotografias.

Se você tivesse conhecimento de alguns métodos para organização mais eficiente de suas fotografias, você usaria?

631 respostas

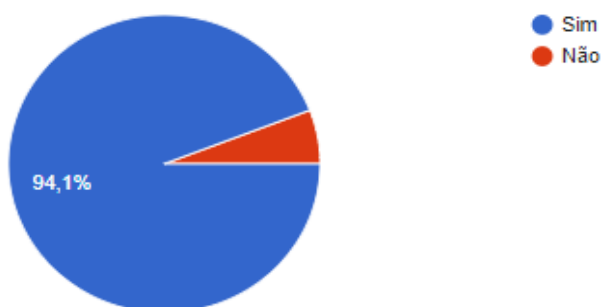


FIGURA 13 - DEMONSTRAÇÃO DE PORCENTAGEM SOBRE USO DE MÉTODOS PARA ORGANIZAÇÃO DE FOTOGRAFIAS PESSOAIS. FONTE: [HTTPS://DOCS.GOOGLE.COM/FORMS/D/1IvFYV3A6xZHRWTDPLM8DCQ_LRIKJMDRBNKG9XNHCOHO/EDIT#RESPONSES](https://docs.google.com/forms/d/1IvFYV3A6xZHRWTDPLM8DCQ_LRIKJMDRBNKG9XNHCOHO/EDIT#RESPONSES)

Dessa forma, observa-se que a manutenção mais correta arquivisticamente das fotografias, por pessoas leigas, poderia minorar problemas de perdas e identificação. Esses hábitos poderiam ajudar no futuro os próprios arquivistas, quando ocorresse possíveis recolhimentos desses arquivos.

Além disso, é importante conscientizar da importância da organização não só das fotografias, mas do conjunto de documentos produzidos atualmente pelos indivíduos, de modo a evitar perdas irreversíveis para a organicidade e manutenção de contexto dos arquivos contemporâneos.

3.2 Sugestões de organização e identificação de fotografias pessoais

Desse modo, acredita-se que a manutenção ao máximo do contexto de produção das fotografias seja mantido. Identificando essas fotografias, mesmo que minimamente possível, de modo que elas não percam seu valor probatório ou contextual. Para isso, sugere-se que as fotografias sejam sempre que possíveis identificadas. Rondinelli e Abreu (2015) sugerem que “Seja conciso: evite nomes de arquivos longos e uma estrutura complexa de pastas; desenvolva um padrão para nomear os arquivos e crie nomes significativos: isso facilitará a busca” (RONDINELLI; ABREU, 2015, p. 2). Ou seja, para esses autores a padronização da identificação é importante.

Nesse sentido, o uso de uma indexação coerente é de extrema importância. Segundo o e-Arq Brasil⁹, que estabelece um modelo de requisitos para sistemas informatizados de Gestão Arquivística de Documentos no Brasil, a

indexação é a atribuição de termos à descrição do documento, utilizando vocabulário controlado e/ou lista de descritores, tesouro e o próprio plano de classificação. A seleção dos termos para indexação é feita, normalmente, com base em: • tipologia documental: divisão de espécie documental que reúne documentos por suas características comuns no que diz respeito à fórmula diplomática, natureza de conteúdo ou técnica de registro. São exemplos de tipos documentais: atestado de frequência de pessoal, atestado de saúde ocupacional, alvará de licença para construção, alvará de habite-se; • título ou cabeçalho do documento; • assunto do documento: palavras-chave ou termos compostos que representem corretamente o conteúdo do documento; • datas associadas com as transações registradas no documento. A indexação tem

⁹ Documento desenvolvido pela Câmara Técnica de documentos eletrônicos no Conselho Nacional de Arquivos.

como objetivo ampliar as possibilidades de busca e facilitar a recuperação dos documentos, e pode ser feita de forma manual ou automática. (E-ARQ Brasil, 2011, p 28).

Trazendo essa ideia da indexação documental para uma aplicação mais simples, na mesma direção indicada por Rondinelli e Abreu (2015), para serem executadas inclusive para leigos sem formação arquivística, pode-se apontar como sugestão de nomeação e organização dos documentos fotográficos em arquivos pessoais: data, evento e lugar, no caso das pastas; e, indivíduos, para o item fotográfico. Todas essas descrições devem ser efetuadas por palavras-chave, tal como observa o documento e-Arq (2011). Abaixo segue exemplo de nomeação de pasta e de fotografias dentro da pasta, no caso de organização em HD externo ou Pastas em computador:

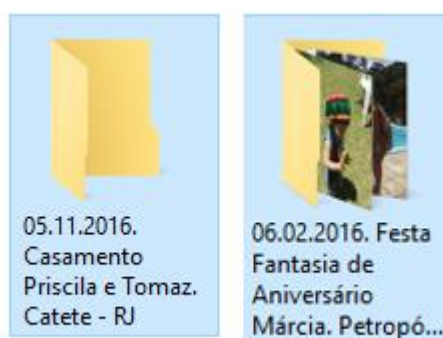


FIGURA 14 - EXEMPLOS DE NOMEAÇÃO DE PASTA PARA ORGANIZAÇÃO DE FOTOGRAFIAS PESSOAIS DIGITAIS. FONTE: AUTORIA PRÓPRIA.

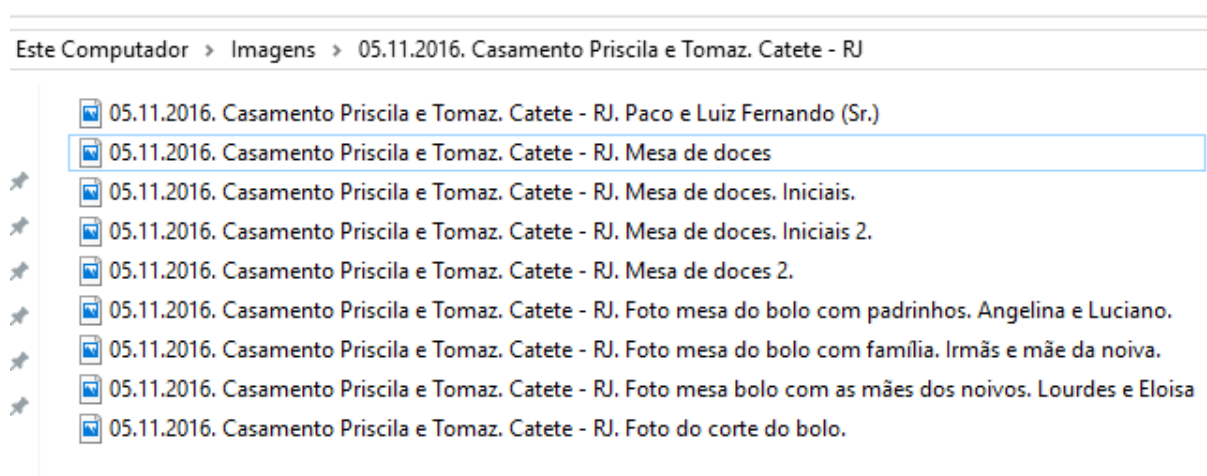


FIGURA 15 - EXEMPLO DE NOMEAÇÃO DE ITEM FOTOGRÁFICO PARA ORGANIZAÇÃO DE FOTOGRAFIAS PESSOAIS DIGITAIS. FONTE: AUTORIA PRÓPRIA.

No caso de armazenamento de fotografias em drives online, as chamadas “nuvens”, existem diversos softwares que classificam e organizam as fotografias¹⁰. Mas, sugere-se que se efetue a nomeação das fotografias, independente do suporte de guarda, para evitar que ocorra a perda de contexto da fotografia, de modo que ela não fique sem informações que ajudem a decodificá-las no futuro.

A figura 6 aponta que os respondentes que organizam de alguma maneira suas fotografias pessoais usam mais pastas de computador ou em celulares para tal fim. Nesse sentido, é interessante observar que as sugestões de indexação supracitadas podem ser perfeitamente aplicadas a essas pastas. Uma vez que as pessoas já tenham o hábito de guardar suas fotografias em pastas, a identificação correta seria mais um ajuste deste hábito.

Para as fotografias pessoais armazenadas em álbuns em redes sociais (24,8% das respostas), a sugestão é também identificar esses álbuns, com descritores simples, datas e participantes das fotografias, evitando a perda do contexto da fotografia também nestas plataformas. Nesse caso, sugere-se também utilizar o campo de descrição dos álbuns, com o máximo de informações possíveis. Além disso, sugere-se que essas fotografias passem por um backup para além dos aplicativos e redes sociais, de modo que não se percam, uma vez que essas redes são de propriedade particular e podem deixar de existir com o passar do tempo, como já aconteceu com o Orkut¹¹, por exemplo.

Além da identificação em si, outra sugestão é a separação dos documentos fotográficos por eventos. Essa providência pode ajudar futuramente na organização das fotografias de acordo com função desempenhada pelo indivíduo, ligando-as da melhor maneira possível ao contexto de existência, permitindo que no futuro o arquivo possa passar por uma abordagem contextual.

Sobre *backups* Rondinelli e Albuquerque (2015) escrevem que

¹⁰ Para mais informações acessar: <http://br.ccm.net/faq/9082-os-melhores-sofwarees-gratuitos-para-classificar-e-gerenciar-suas-fotos>. Acesso em: 06 Ago. 2017.

¹¹ Orkut foi uma rede social bastante utilizada no Brasil nos anos 2000 e que foi totalmente desativado em 2016. Fonte: <<https://www.tecmundo.com.br/orkut/110014-fim-amigos-backup-fotos-orkut-so-30.htm>> Acesso em: 26 Jul. 2017.

Faça *backup* de seus arquivos. Computadores falham. Não é o caso de “se” mas de “quando”. Suportes magnéticos e óticos (HD, CD, DVD, pen drive) são altamente frágeis. Seus softwares e arquivos podem se perder em consequência de derramamento de líquidos, fogo ou pico de energia; roubo é outro risco, especialmente se você usa laptop. Por tudo isso *backups* regulares de seus documentos é uma tarefa essencial. Portanto, considere: a) Faça *backups* em mídias de transporte: Mídias de transporte são fáceis de usar, não são caras e atendem perfeitamente as necessidades da maioria das pessoas. Dentre as disponíveis no mercado, o HD externo é o mais seguro. Além disso, diferentemente de CDs, DVDs e pen drives, podem armazenar maior quantidade de arquivos. b) Mantenha cópias off-site: Faça *backups* e os armazene em lugares adicionais, como em casa de amigos ou parentes. Outra opção é a utilização de serviços de nuvem; [...] c) Decida do que fazer backup: Arquivos difíceis ou impossíveis de serem recriados são os mais indicados para backup, por exemplo: • Fotografias digitais. [...] Faça uma lista do que você quer fazer backup e estabeleça uma rotina (quão frequentemente o backup de que arquivo será feito). Não se esqueça de etiquetar a mídia (CD, DVD, pen drive, HD externo) para a qual você fez o *backup*, informando quais arquivos estão ali armazenados. Procure eliminar os arquivos que você não quer e organizá-los antes de fazer o backup. Isto vai facilitar a operação. (RONDINELLI; ABREU, 2015, p. 5).

Seguindo o que os autores afirmam acima, a pesquisa desenvolvida observa que a maioria das pessoas já usam nuvens para seus backups (52%) e HD externos (42,5%). Ou seja, esses meios citados já são populares entre as pessoas, mas cabe pensar na organização dada a esses backups, pois, se seguindo uma lógica e o contexto de produção, eles serão mais bem utilizados. Dessa forma, vale ratificar e divulgar, principalmente, a importância de uma organização coerente e eficiente, que vá ser seguida no longo prazo. Além disso, é importante pensar na organização dos arquivos como algo constante, que não cessa, pois, o indivíduo está em constante produção documental, principalmente no que tange às fotografias pessoais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo entender a relação entre fotografias, arquivos pessoais e a memória, buscando refletir como a organicidade pode ser afetada com a grande quantidade de fotografias pessoais nos dias atuais. Assim, compreendendo que é um imperativo atual observarmos esses arquivos e refletir sobre eles à luz da Arquivologia. Nesse sentido, buscou-se perceber como os documentos fotográficos em arquivos pessoais se conformam, são analisados ou não pela Arquivologia e como a questão da memória perpassa esse processo.

O fato de documentos fotográficos em arquivos pessoais serem pouco estudados e não poder contar com uma vasta bibliografia, perpassou esse trabalho em vários momentos. Mas, se buscou contornar tal dificuldade com bibliografias tangenciais e que ajudasse a construir os conceitos da melhor maneira possível. Os obstáculos dessa pesquisa permitiram que se perceba como, ainda hoje, a Arquivologia ainda tem dificuldade de abrir as portas para outras áreas, dificultando uma análise interdisciplinar, por exemplo. É cada vez mais necessário o debate da Arquivologia com a memória, para citar apenas o conceito que se trabalhou mais ao longo deste trabalho, e do papel e agência do arquivista no processo de seleção / acumulação dos documentos e arquivos.

Além disso, a pesquisa demonstrou que as pessoas leigas quanto à Arquivologia, ainda não tem a noção de como a tecnologia afeta seu acúmulo documental e como a desorganização de suas fotografias pode gerar lacunas em seus arquivos e memória familiar. É imperativo, então, pensar novamente na atuação e papel do arquivista perante a sociedade, de modo que essa situação de perdas e acúmulo desordenado de documentos seja minorado.

O trabalho aqui apresentado buscou, então, propor o início de um pensar arquivístico sobre as fotografias pessoais, que são cada vez mais presentes no cotidiano da maioria dos indivíduos. Nesse sentido, entende-se que a Arquivologia não pode, e nem deve deixar de entrar nessa discussão e que deve tomar para si também o pensar as fotografias pessoais, evitando perdas e falta de organicidade no futuro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro, 2005. 232p., Publicações Técnicas, n. 51.

ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a própria vida. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 11, nº 21, 1998, p. 9-34.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Como fazer análise diplomática e análise tipológica de arquivo**. São Paulo: Arquivo do Estado; Imprensa Oficial, 2002.

BENJAMIN, Walter. Pequena história da fotografia. In: **Magia e técnica, arte e política: Ensaio sobre literatura e história da cultura**. 3ª ed; São Paulo: Editora Brasiliense, 1987. p. 91-107.

BURKE, Peter. **A escola dos *Annales* (1929-1989): A Revolução Francesa da historiografia**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Arquivos Pessoais são arquivos. In: **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, ano XLV, n. 2, p.26-39, jul/dez. 2009.

DURANTI, Luciana. Registros documentais contemporâneos como provas de ação. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, v. 7, n. 13, p. 49-64, 1994.

E-ARQ Brasil: Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos. Rio de Janeiro, Conselho Nacional de Arquivos, 2011. Disponível em: <<http://www.siga.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes/e-arq.pdf>>

ELLIOTT, Ariluci; MADIO, Telma. **A fotografia como documento suporte à construção da memória**. Disponível em: <<http://www.ufpb.br/evento/lti/ocs/index.php/enancib2015/enancib2015/paper/viewFile/3140/1253>>. Acesso em: 06 Jun. 2017.

FELIZARDO, Adair; SAMAIN, Etienne. A fotografia como objeto e recurso de memória. In: **Discursos Fotográficos**, Londrina, v.3, nº 3, 2007, p. 205-220.

FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: Ed. NAU, 1996.

FRAIZ, Priscila. A dimensão autobiográfica dos Arquivos Pessoais: o Arquivo de Gustavo Capanema. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 11, nº 21, 1998, p. 59-87.

GOMES, Ângela de Castro. Nas Malhas do Feitiço: o Historiador e os Encantos dos Arquivos Privados. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 11, nº 21, 1998, p. 121-127.

GONÇALVES, Eveline Filgueiras; ALBUQUERQUE, Maria Elizabeth B.C. de. Arquivo Pessoal e Fotografias: lugar de construção fotoautobiográfica. In: **Pesq. Bras. em Ci. da Inf. e Bib.**, João Pessoa, v. 10, n. 1, p. 51-57, 2015. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/pbcib/article/view/23318>>. Acesso em: 05 Ago. 2017.

GURAN, Milton. **Documentação Fotográfica e Pesquisa Científica Notas e reflexões**. 2012. Disponível em: <http://www.labhoi.uff.br/sites/default/files/doc_foto_pq.versao_final_27_dez.pdf>

Acesso em: 07 ago. 2017.

GURAN, Milton. **Linguagem fotográfica e informação**. Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora, 1992.

HEYMANN, Luciana Quillet. **De Arquivo Pessoal a Patrimônio Nacional: reflexões sobre a construção social do “legado” de Darcy Ribeiro**. 247 f. Tese (Doutorado) - Curso de Sociologia, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

HEYMANN, Luciana. O "*devoir de mémoire*" na França contemporânea: entre a memória, história, legislação e direitos. Rio de Janeiro: **CPDOC**, 2006. 27f

HEYMANN, Luciana Quillet. O indivíduo fora do lugar. In: **Revista do Arquivo Público Mineiro**. Belo Horizonte, ano XLV, n.2, pp. 40-57, jul/dez. 2009.

HEYMANN, Luciana. **Procedimentos metodológicos adotados na organização dos documentos de FHC**: alguns comentários. In.: Seminário Internacional Arquivos Pessoais de Titulares de Cargos Públicos: Curadoria e Tratamento Técnico, 2007, Rio de Janeiro. Disponível em <http://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arg/1742.pdf> Acesso em 08 Ago. 2017.

KOSSOY, Boris. **A fotografia como fonte histórica**: introdução à pesquisa e interpretação das imagens do passado. São Paulo: Museu da Indústria, Comércio, Ciência e Tecnologia de São Paulo, 1980. 51 p.

KOSSOY, Boris. **Fotografia e história**. São Paulo: Ed. Ática, 1989.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: **História e Memória**. 4.ed. Campinas: Unicamp, 1996. p. 95-106.

LACERDA, Aline Lopes de. **A fotografia nos arquivos**: a produção de documentos fotográficos da Fundação Rockefeller durante o combate à febre amarela no Brasil. 258 f. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

LACERDA, Aline Lopes. Arquivística e documentos fotográficos: origens de uma relação. In: **Revista Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 11, nº 2, jul/dez. 2011, pp. 29-54.

LOPEZ, André Porto Ancona. Arquivos pessoais e as fronteiras da Arquivologia. In: **Revista Gragoatá**, Niterói, vol. 8, nº 15, 2003, p. 69-82.

MAUAD, Ana Maria. Imagens que faltam, imagens que sobram: práticas visuais e cotidiano em regimes de exceção 1960-1980. In: **Revista Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 43, n.2, p. 397-413, maio-ago. 2017

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Projeto História. **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP**, n. 10. São Paulo, dez. - 1993.

RENDEIRO, Márcia Elisa Lopes S. **Álbuns de Família - Fotografia e Memória: Identidade e Representação.** Disponível em: <[http://www.encontro2010.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1276726781_ARQUIVO_ArtigoANPUH\[MarciaElisa_2010.1\].pdf](http://www.encontro2010.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1276726781_ARQUIVO_ArtigoANPUH[MarciaElisa_2010.1].pdf)>. Acesso em: 20/03/2017

RENDEIRO, Márcia Elisa Lopes S. **As arestas sociais do Facebook: fotografias, coleções, memória e melancolia.** 188 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015

RODRIGUES, Ana Maria L. A teoria dos arquivos e a gestão de documentos. In: **Perspectiva Ciência Informação**, Belo Horizonte, v. 11 n. 1, p. 102-117, jan. /Abr. 2006.

RONDINELLI, Rosely Cury; ABREU, Jorge Phelippe L. de. **Orientações práticas para a gestão do seu arquivo pessoal digital.** Julho de 2015. Disponível em: <http://www.casaruibarbosa.gov.br/arquivos/file/amlb/como_Gerenciar_Seu_Arquivo_Pessoal_Digital.pdf> Acesso em: 04 Ago. 2017.

SCHMIDT, M. L. S.; MAHFOUD, M. H. Memória coletiva e experiência. **Revista de Psicologia da USP**, São Paulo, v. 4, n. 1/2, p. 125-289, 1993. Instituto de Psicologia.

SILVA, Maria L. R. da. A imagem na Arquivologia e na História. In: **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, vol. 1, nº 2, p. 47-55, jul/dez. 1998.

SÔNEGO, Márcio Jesus F. A fotografia como fonte histórica. In: **Historiæ**, Rio Grande, v. 1, n. 2, p. 113-120, 2010.

SONTAG, Susan. **Ensaio sobre fotografia.** Lisboa: Dom Quixote, 1986.

THOMASSEM, THEO. Uma primeira introdução à Arquivologia. **Arquivo & Administração**. V.5, n.1, jan/jun 2006, p. 5-16.